

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	20
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	93
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	113.000.000
Preferenciais	0
Total	113.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	25/04/2016	Ordinária		0,72000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	5.235.410	5.100.433
1.01	Ativo Circulante	1.960.429	1.907.179
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	600.720	348.448
1.01.02	Aplicações Financeiras	208	6.142
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	208	6.142
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	208	6.142
1.01.03	Contas a Receber	587.877	597.942
1.01.03.01	Clientes	587.877	597.942
1.01.04	Estoques	568.759	675.280
1.01.06	Tributos a Recuperar	184.001	238.785
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	184.001	238.785
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.053	1.716
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.811	38.866
1.01.08.03	Outros	10.811	38.866
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	23.129
1.01.08.03.20	Outros Créditos	10.811	15.737
1.02	Ativo Não Circulante	3.274.981	3.193.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.738	173.585
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.298	4.070
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.298	4.070
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	199.440	169.515
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	75.500	71.801
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	115.428	85.015
1.02.01.09.20	Incentivos Fiscais /Outros Créditos	8.512	12.699
1.02.02	Investimentos	25.864	25.591
1.02.02.01	Participações Societárias	2.742	2.729
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	107	150
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.495	2.439
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.122	22.862
1.02.03	Imobilizado	2.206.084	2.155.275
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.746.182	1.666.482
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	1.397	1.823
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	458.505	486.970
1.02.04	Intangível	839.295	838.803
1.02.04.01	Intangíveis	839.295	838.803
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	231.943	231.665
1.02.04.01.03	Software	25.256	25.042
1.02.04.01.05	goodwill	582.096	582.096

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	5.235.410	5.100.433
2.01	Passivo Circulante	749.545	784.606
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	141.286	124.688
2.01.01.01	Obrigações Sociais	42.236	37.899
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	99.050	86.789
2.01.02	Fornecedores	136.715	135.946
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	136.715	135.946
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.615	58.711
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.298	18.923
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.056	399
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	18.242	18.524
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	37.846	39.158
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	471	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	304.471	392.029
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	303.012	391.352
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.744	66.626
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	214.268	324.726
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.459	677
2.01.05	Outras Obrigações	98.458	73.232
2.01.05.02	Outros	98.458	73.232
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	21.668
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.019	11.286
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	7.199	9.175
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	42.277	1.026
2.01.05.02.20	Outros Débitos	34.960	30.077
2.02	Passivo Não Circulante	549.987	598.882
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	330.333	363.115
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	330.303	361.892
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	330.303	361.892
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	30	1.223
2.02.02	Outras Obrigações	7.855	10.826
2.02.02.02	Outros	7.855	10.826
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições	968	968
2.02.02.02.04	Outros Débitos	6.887	9.858
2.02.03	Tributos Diferidos	116.920	129.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	116.920	129.984
2.02.04	Provisões	94.879	94.957
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.879	94.957
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	59.546	55.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.950	34.138
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.523	4.210
2.02.04.01.05	Outras	860	889
2.03	Patrimônio Líquido	3.935.878	3.716.945
2.03.01	Capital Social Realizado	1.701.692	1.701.692
2.03.02	Reservas de Capital	16.529	16.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.938.909	1.998.604
2.03.04.01	Reserva Legal	183.081	183.081
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.108.194	1.108.194
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	647.634	647.634
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	59.695
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	278.651	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	97	120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.326.792	2.480.599	1.124.357	2.157.475
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou serviços	1.591.481	2.970.289	1.362.782	2.610.586
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ vendas	-264.689	-489.690	-238.425	-453.111
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-807.174	-1.575.238	-701.574	-1.342.552
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-861.451	-1.681.327	-756.054	-1.440.248
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	54.277	106.089	54.480	97.696
3.03	Resultado Bruto	519.618	905.361	422.783	814.923
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-317.472	-599.273	-258.713	-505.539
3.04.01	Despesas com Vendas	-240.591	-457.643	-224.380	-427.129
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.598	-109.710	-47.535	-95.447
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-40.857	-79.479	-35.927	-71.834
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5.793	-11.971	-3.939	-8.112
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.937	-5.769	-2.719	-5.225
3.04.02.04	Depreciações e Amortizações	-6.011	-12.491	-4.950	-10.276
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.607	16.772	64.871	71.664
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.913	-48.729	-51.341	-54.239
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23	37	-328	-388
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	202.146	306.088	164.070	309.384
3.06	Resultado Financeiro	6.639	3.835	33.405	43.985
3.06.01	Receitas Financeiras	60.735	122.330	84.470	106.383
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.096	-118.495	-51.065	-62.398
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	208.785	309.923	197.475	353.369
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.703	-31.272	-6.692	-37.156
3.08.01	Corrente	-32.392	-44.336	-25.865	-28.628
3.08.02	Diferido	7.689	13.064	19.173	-8.528
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	184.082	278.651	190.783	316.213
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	184.082	278.651	190.783	316.213

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,62904	2,46594	1,68165	2,78725
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,62904	2,46594	1,68165	2,78725

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	184.082	278.651	190.783	316.213
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11	-23	-5	17
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	-11	-23	-5	17
4.03	Resultado Abrangente do Período	184.071	278.628	190.778	316.230

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	511.249	326.795
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	345.837	420.528
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	309.923	353.369
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	59.198	50.979
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	95	178
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-37	388
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/ Aplicações Financeiras	-33.333	63.888
6.01.01.08	Créditos tributários de Pis e Cofins s/importação	-2.905	-98.678
6.01.01.09	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-78	39.600
6.01.01.10	Provisão / perda do valor recuperável de clientes	7.065	10.776
6.01.01.11	Perda do valor recuperável dos estoques	3.482	28
6.01.01.12	Provisão para redução do valor recuperável do imobilizado	2.427	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	212.641	-31.860
6.01.02.01	Redução em Contas a Receber de Clientes	3.000	34.830
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	103.763	-83.410
6.01.02.03	Redução nos Impostos a Recuperar	40.086	26.640
6.01.02.04	(Aumento)Redução nas aplicações financeiras	3.772	-5.741
6.01.02.06	(Aumento)Redução em Outros Créditos	21.598	-8.461
6.01.02.07	Aumento(Redução) em Fornecedores	769	-625
6.01.02.08	(Redução) nos Impostos e Contribuição	-23.518	-25.386
6.01.02.09	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-1.976	429
6.01.02.12	Aumento em Outros Débitos	65.147	29.864
6.01.03	Outros	-47.229	-61.873
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-23.207	-49.015
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-27.783	-12.858
6.01.03.04	Liberação de Incentivos p/ Reinvestimentos	3.761	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.683	-233.790
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-106.796	-227.731
6.02.02	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-7.887	-6.059
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-144.294	-105.104
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-81.360	-137.612
6.03.02	Financiamentos tomados	179.898	249.893
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-242.832	-177.944
6.03.04	Aquisição de ações de Emissão da Cia	0	-39.441
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	252.272	-12.099
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	348.448	446.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	600.720	434.661

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.701.692	16.529	1.998.604	0	120	3.716.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.701.692	16.529	1.998.604	0	120	3.716.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-59.695	0	0	-59.695
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-59.695	0	0	-59.695
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.651	-23	278.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.651	0	278.651
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23	-23
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-23	-23
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.701.692	16.529	1.938.909	278.651	97	3.935.878

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	990.014	16.529	2.279.024	0	76	3.285.643
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	990.014	16.529	2.279.024	0	76	3.285.643
5.04	Transações de Capital com os Sócios	711.145	0	-805.646	0	0	-94.501
5.04.01	Aumentos de Capital	711.145	0	-711.145	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-39.441	0	0	-39.441
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-55.060	0	0	-55.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	316.213	17	316.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	316.213	0	316.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.701.159	16.529	1.473.378	316.213	93	3.507.372

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	2.845.241	2.584.203
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.806.976	2.466.584
7.01.02	Outras Receitas	16.676	71.663
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.625	56.782
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.036	-10.826
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.797.226	-1.636.049
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.131.215	-963.170
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-647.612	-626.931
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.427	0
7.02.04	Outros	-15.972	-45.948
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-15.972	-45.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.048.015	948.154
7.04	Retenções	-59.198	-50.979
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.198	-50.979
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	988.817	897.175
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.367	105.995
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	37	-388
7.06.02	Receitas Financeiras	122.330	106.383
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.111.184	1.003.170
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.111.184	1.003.170
7.08.01	Pessoal	392.066	368.552
7.08.01.01	Remuneração Direta	258.415	249.313
7.08.01.02	Benefícios	107.411	95.412
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.240	22.767
7.08.01.04	Outros	0	1.060
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.865	245.500
7.08.02.01	Federais	192.473	154.927
7.08.02.02	Estaduais	112.884	86.402
7.08.02.03	Municipais	4.508	4.171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.602	72.905
7.08.03.01	Juros	118.496	62.398
7.08.03.02	Aluguéis	12.106	10.507
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.776	187.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	135.776	187.984
7.08.05	Outros	142.875	128.229
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	142.875	128.229

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	5.234.544	5.099.577
1.01	Ativo Circulante	1.961.115	1.907.824
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	601.137	348.800
1.01.02	Aplicações Financeiras	208	6.142
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	208	6.142
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	208	6.142
1.01.03	Contas a Receber	587.877	597.952
1.01.03.01	Clientes	587.877	597.952
1.01.04	Estoques	568.782	675.304
1.01.06	Tributos a Recuperar	184.058	238.838
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	184.058	238.838
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.053	1.716
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.000	39.072
1.01.08.03	Outros	11.000	39.072
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	23.129
1.01.08.03.20	Outros Créditos	11.000	15.943
1.02	Ativo Não Circulante	3.273.429	3.191.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.740	173.587
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	4.298	4.070
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	4.298	4.070
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	199.442	169.517
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	75.505	71.806
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	115.428	85.015
1.02.01.09.20	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	8.509	12.696
1.02.02	Investimentos	23.262	23.002
1.02.02.01	Participações Societárias	140	140
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.122	22.862
1.02.03	Imobilizado	2.207.132	2.156.361
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.747.230	1.667.568
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	1.397	1.823
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	458.505	486.970
1.02.04	Intangível	839.295	838.803
1.02.04.01	Intangíveis	839.295	838.803
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	231.943	231.665
1.02.04.01.03	Software	25.256	25.042
1.02.04.01.05	Goodwill	582.096	582.096

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	5.234.544	5.099.577
2.01	Passivo Circulante	748.638	783.702
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	141.491	124.855
2.01.01.01	Obrigações Sociais	42.351	37.991
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	99.140	86.864
2.01.02	Fornecedores	136.668	135.946
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	136.668	135.946
2.01.03	Obrigações Fiscais	68.646	58.749
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.328	18.960
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.061	399
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	18.267	18.561
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	37.846	39.159
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	472	630
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	304.471	392.029
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	303.012	391.352
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.744	66.626
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	214.268	324.726
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.459	677
2.01.05	Outras Obrigações	97.362	72.123
2.01.05.02	Outros	97.362	72.123
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3	21.668
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	14.019	11.286
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	7.199	9.175
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	42.277	1.026
2.01.05.02.20	Outros Débitos	33.864	28.968
2.02	Passivo Não Circulante	550.028	598.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	330.333	363.115
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	330.303	361.892
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	330.303	361.892
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	30	1.223
2.02.02	Outras Obrigações	7.896	10.874
2.02.02.02	Outros	7.896	10.874
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições	968	968
2.02.02.02.04	Outros Débitos	6.928	9.906
2.02.03	Tributos Diferidos	116.920	129.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	116.920	129.984
2.02.04	Provisões	94.879	94.957
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.879	94.957
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	59.546	55.720
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.950	34.138
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.523	4.210
2.02.04.01.05	Outras	860	889
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.935.878	3.716.945
2.03.01	Capital Social Realizado	1.701.692	1.701.692
2.03.02	Reservas de Capital	16.529	16.529

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.938.909	1.998.604
2.03.04.01	Reserva Legal	183.081	183.081
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.108.194	1.108.194
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	647.634	647.634
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	59.695
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	278.651	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	97	120

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.326.792	2.480.599	1.124.357	2.157.475
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.591.481	2.970.289	1.362.782	2.610.586
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ vendas	-264.689	-489.690	-238.425	-453.111
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-807.029	-1.574.961	-701.824	-1.342.798
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-861.306	-1.681.050	-756.304	-1.440.494
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	54.277	106.089	54.480	97.696
3.03	Resultado Bruto	519.763	905.638	422.533	814.677
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-317.622	-599.554	-258.473	-505.315
3.04.01	Despesas com Vendas	-240.591	-457.643	-224.380	-427.129
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-55.675	-109.903	-47.616	-95.604
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-40.930	-79.655	-36.006	-71.986
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5.797	-11.988	-3.941	-8.117
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.937	-5.769	-2.719	-5.225
3.04.02.04	Depreciações e Amortizações	-6.011	-12.491	-4.950	-10.276
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.607	16.772	64.871	71.664
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.963	-48.780	-51.348	-54.246
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	202.141	306.084	164.060	309.362
3.06	Resultado Financeiro	6.649	3.852	33.415	44.007
3.06.01	Receitas Financeiras	60.745	122.347	84.480	106.406
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.096	-118.495	-51.065	-62.399
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	208.790	309.936	197.475	353.369
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.708	-31.285	-6.692	-37.156
3.08.01	Corrente	-32.397	-44.349	-25.865	-28.628
3.08.02	Diferido	7.689	13.064	19.173	-8.528
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	184.082	278.651	190.783	316.213
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	184.082	278.651	190.783	316.213
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	184.082	278.651	190.783	316.213

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,62904	2,46594	1,68165	2,78725
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,62904	2,46594	1,68165	2,78725

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	184.082	278.651	190.783	316.213
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-11	-23	-5	17
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	-11	-23	-5	17
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	184.071	278.628	190.778	316.230
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	184.071	278.628	190.778	316.230

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	511.368	326.580
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	345.886	420.140
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CSLL	309.935	353.369
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	59.198	50.979
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	95	178
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/ aplicações Financeiras	-33.333	63.888
6.01.01.08	Créditos tributários de Pis e Cofins s/importação	-2.905	-98.678
6.01.01.09	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-78	39.600
6.01.01.10	Provisão / perda do valor recuperável de clientes	7.065	10.776
6.01.01.11	Perda do valor recuperável dos estoques	3.482	28
6.01.01.12	Provisão para redução do valor recuperável do imobilizado	2.427	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	212.723	-31.684
6.01.02.01	Redução em Contas a Receber de Clientes	3.010	34.909
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	103.853	-83.304
6.01.02.03	Redução nos Impostos a Recuperar	40.086	26.638
6.01.02.04	(Aumento)Redução nas aplicações financeiras	3.772	-5.741
6.01.02.06	(Aumento)Redução em Outros Créditos	21.617	-8.500
6.01.02.07	Aumento(Redução) em Fornecedores	722	-619
6.01.02.08	(Redução) nos Impostos e Contribuição	-23.530	-25.373
6.01.02.09	Aumento(Redução)nas Subvenções Governamentais	-1.976	429
6.01.02.12	Aumento em Outros Débitos	65.169	29.877
6.01.03	Outros	-47.241	-61.876
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-23.207	-49.015
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-27.795	-12.861
6.01.03.04	Liberação de Incentivos p/ Reinvestimentos	3.761	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.737	-233.790
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-106.850	-227.731
6.02.02	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-7.887	-6.059
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-144.294	-105.104
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-81.360	-137.612
6.03.02	Financiamentos tomados	179.898	249.893
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-242.832	-177.944
6.03.04	Aquisição de ações de Emissão da Cia	0	-39.441
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	252.337	-12.314
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	348.800	447.283
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	601.137	434.969

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.701.692	16.529	1.998.604	0	120	3.716.945	0	3.716.945
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.701.692	16.529	1.998.604	0	120	3.716.945	0	3.716.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-59.695	0	0	-59.695	0	-59.695
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-59.695	0	0	-59.695	0	-59.695
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	278.651	-23	278.628	0	278.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	278.651	0	278.651	0	278.651
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23	-23	0	-23
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-23	-23	0	-23
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.701.692	16.529	1.938.909	278.651	97	3.935.878	0	3.935.878

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	990.014	16.529	2.279.024	0	76	3.285.643	0	3.285.643
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	990.014	16.529	2.279.024	0	76	3.285.643	0	3.285.643
5.04	Transações de Capital com os Sócios	711.145	0	-805.646	0	0	-94.501	0	-94.501
5.04.01	Aumentos de Capital	711.145	0	-711.145	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-39.441	0	0	-39.441	0	-39.441
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-55.060	0	0	-55.060	0	-55.060
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	316.213	17	316.230	0	316.230
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	316.213	0	316.213	0	316.213
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17	0	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17	0	17
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.701.159	16.529	1.473.378	316.213	93	3.507.372	0	3.507.372

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	2.845.241	2.584.203
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.806.976	2.466.584
7.01.02	Outras Receitas	16.676	71.663
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.625	56.782
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.036	-10.826
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.797.102	-1.636.427
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.130.938	-963.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-647.765	-627.064
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.427	0
7.02.04	Outros	-15.972	-45.948
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-15.972	-45.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.048.139	947.776
7.04	Retenções	-59.198	-50.979
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.198	-50.979
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	988.941	896.797
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	122.347	106.406
7.06.02	Receitas Financeiras	122.347	106.406
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.111.288	1.003.203
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.111.288	1.003.203
7.08.01	Pessoal	392.127	368.575
7.08.01.01	Remuneração Direta	258.467	249.334
7.08.01.02	Benefícios	107.420	95.414
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.240	22.767
7.08.01.04	Outros	0	1.060
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	309.908	245.509
7.08.02.01	Federais	192.506	154.936
7.08.02.02	Estaduais	112.884	86.402
7.08.02.03	Municipais	4.518	4.171
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.602	72.906
7.08.03.01	Juros	118.496	62.399
7.08.03.02	Aluguéis	12.106	10.507
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.776	187.984
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	135.776	187.984
7.08.05	Outros	142.875	128.229
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	142.875	128.229

Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A.** Indústria e Comércio de Alimentos anuncia e submete à sua apreciação os resultados do segundo trimestre de 2016 (2T16) e primeiro semestre de 2016 (1S16). As informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao segundo trimestre e primeiro semestre de 2016 (2T16 e 1S16), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de possibilitar aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seus negócios e de seus propósitos.

O ambiente macroeconômico vivido pelo país continua marcado por um cenário econômico caracterizado, dentre outros aspectos, por um quadro de recessão, inflação ainda elevada, nível de emprego em queda (e a conseqüente deterioração da renda), além de uma demora na adoção de soluções, fruto das incertezas no âmbito político.

A despeito desse cenário adverso, as ações tomadas pela Companhia – conforme anunciadas por ocasião da divulgação do 1T16 - continuam a produzir resultados na recuperação do crescimento das receitas, volumes e margens.

No acumulado do 2T16, a margem bruta (39,2% - R\$ 519,7 mi) e o EBITDA ajustado (18,0% - R\$ 238,4 mi), já sinalizam recuperação, superando as margens Bruta e Ebitda do 2T15 (37,6% e 16,8%) e do 1T16 (33,4% e 12,6%). No acumulado do 1º Semestre/16 a margem bruta (36,5% - R\$ 905,6 mi) e o EBITDA ajustado (15,5% - R\$ 383,9 mi), a despeito de ainda não superarem, em termos percentuais, as atingidas no 1º Semestre/15 (37,8% e 16,7%), já apontam para a tendência de recuperação de margens.

O alcance dessa recuperação de margens tem fundamento, em primeiro lugar, no crescimento de Receitas, fruto do aumento no volume de vendas e em preços.

A receita Líquida atingiu a R\$ 1,3 bilhão no 2T16, montante que é 18,0% maior do que o apresentado no 2T15 (R\$ 1,1 bilhão) e 15,0% maior do que o obtido no 1T16 (R\$ 1,2 bilhão). Isto fruto de um volume de vendas 8,8% maior do que verificado no 2T15 e 12,1% maior do que o alcançado no 1T16, com destaque para os negócios de biscoitos e massas, os quais continuam a sequencia, neste ano, de aumento do volume de vendas (+5,3% em Biscoitos e + 5,1% em Massas, em relação ao 2T15, e + 15,9% em Biscoitos e + 9,4% em Massas, em relação ao 1T16).

Isto se deu sem prejuízo à continuidade da política de alinhamento de preços implementado pela Companhia (em média: +12,0% em Biscoitos e + 9,6% em Massas em relação ao 2T15, e + 3,5% em Biscoitos e + 2,4% em Massas em relação ao 1T16), refletindo a preferência dos nossos clientes aos nossos produtos, a despeito de um cenário econômico ainda crítico.

Destaque-se, em respeito ao aumento de preços implementado de forma escalonada ao longo do 2T16, que no final do mês de junho/2016, o preço médio consolidado (já líquido de descontos) estava 7,3% maior do que o preço médio praticado ao final de março/2016.

O segundo fundamento reside no ganho de eficiência interna, fruto das ações que vêm sendo implementadas na Companhia, objetivando ganhar maior agilidade com custos/despesas menores.

Os custos fixos de produção por tonelada vendida – mão de obra e gastos gerais de fabricação – foram no 2T16, 1,1% menores em comparação com o 2T15 e 9,9% menores do que no 1T16, fruto de um volume de produção maior (+10,9% em relação ao 2T15 e + 15,1% maior em relação ao 1T16) e várias ações voltadas a ganho de eficiência e redução de custos. Na comparação do 1º semestre/2016 com o

Comentário do Desempenho

1º Semestre/2015 esses custos fixos por tonelada subiram 4,7%, diante de uma inflação superior a 10% e reajustes salariais em torno de 8,0%.

No âmbito da despesa operacional, a Companhia também vem conseguindo obter ganhos de eficiência, medido pelo valor gasto por tonelada vendida. As despesas com vendas por tonelada, por exemplo, caíram de R\$ 546,6 no 2T15 para R\$ 538,9 no 2T16, revelando uma redução de 1,4% (em relação ao 1T16 a redução foi de 1,1%, de R\$ 545,0 para R\$ 538,9 p/ton). Destaque-se, ainda, que o quadro pessoal da Companhia no final do 1S16 era 5,3% menor do que no final do ano de 2015.

O terceiro fundamento que acreditamos igualmente ter contribuído para o crescimento das receitas e recuperação de margens está na mudança do modelo de atuação das forças de venda da Companhia em todo o País, implantado em fevereiro/16, segundo o qual as equipes passaram a vender todo o portfólio da Empresa, de todas as marcas e todas as famílias de produtos. O potencial de ampliação das vendas por todo o País aumentou, a um custo operacional menor.

Por último, há que se registrar o efeito, no custo médio dos insumos, da redução na taxa de câmbio R\$ / US\$, observada ao longo dos últimos meses, que permitiu o início da redução da forte pressão de custos que a Companhia vinha enfrentando nos primeiros meses deste ano em função da apreciação do câmbio ao longo do ano de 2015. O custo com matéria-prima por tonelada foi 4,3% maior no 2T16 em comparação com o 2T15, mas 7,2% menor comparado com o 1T16.

Todo esse esforço tem se refletido, também, na manutenção da liderança de mercado da Companhia. De acordo com dados coletados pela A.C. Nielsen referentes ao bimestre encerrado em jun./16, a M. Dias Branco mantém sua posição de liderança no mercado nacional de biscoitos e massas, em volume de vendas, respectivamente, com 28,4% e 28,3% de market-share, com destaque para a liderança nesses dois segmentos no maior e mais competitivo mercado consumidor do Brasil: o Sudeste.

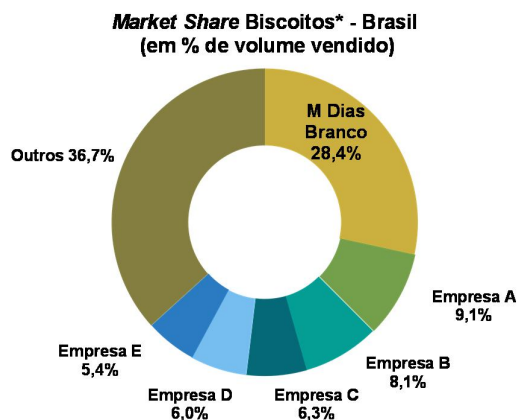
No cenário ainda de crise econômica vivido pelo País, a Companhia segue trabalhando na expansão de sua atuação no mercado, nos esforços de ganho de eficiência operacional, na pesquisa e estudo para o lançamento de novos produtos em linha com as necessidades de alimentos saudáveis e saborosos, sempre preocupada em prover soluções de alimentos de qualidade para seus clientes com maximização do retorno para seus acionistas.

Finalmente, os investimentos no 2T16 totalizaram R\$ 49,6 milhões, com foco na ampliação da capacidade de produção da Companhia para suportar o aumento no volume de vendas. O fluxo de caixa da atividade operacional da M. Dias Branco no 2T16 totalizou R\$ 341,7 milhões, o que contribuiu para terminar o semestre com R\$ 601,1 milhões em caixa.

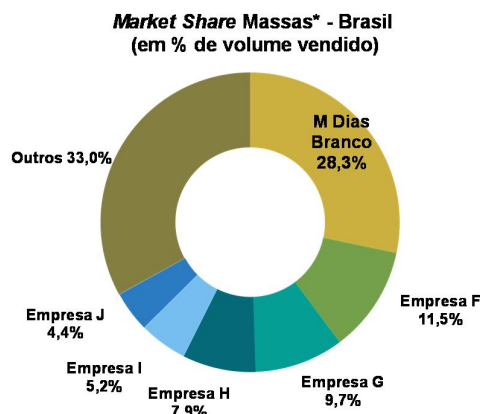
Comentário do Desempenho

DESTAQUES OPERACIONAIS

MARKET SHARE*

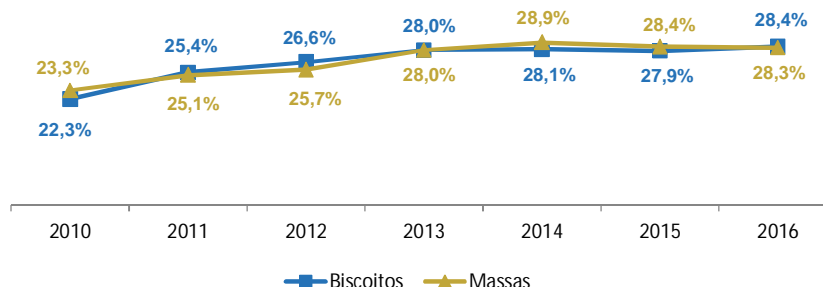


* Dados da AC NIELSEN para o período de mai/jun 2016



* Dados da AC NIELSEN para o período de mai/jun 2016

Evolução histórica - Market Share* - Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da AC NIELSEN para o período de Mai-Jun/2016.

Obs: Os dados consideram Pilar e Estrela a partir de 2011 e Moinho Santa Lúcia a partir de 2012.

CANAL DE VENDAS

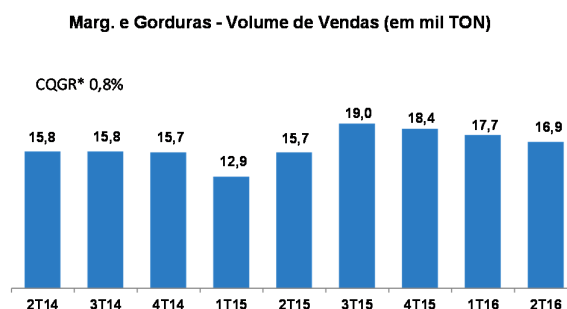
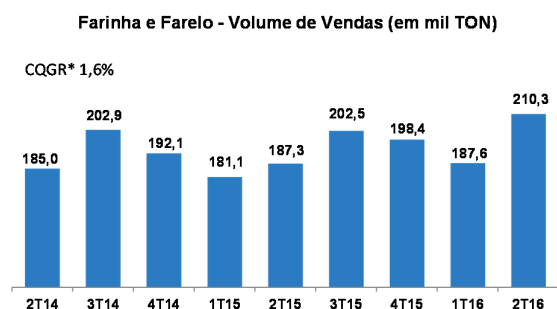
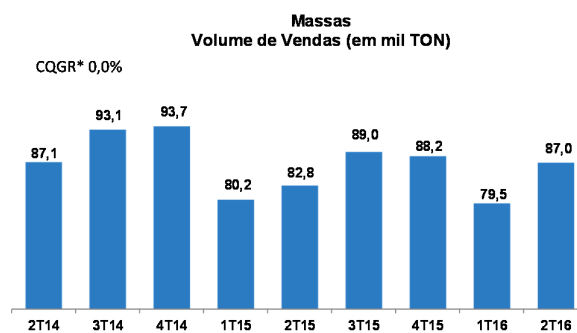
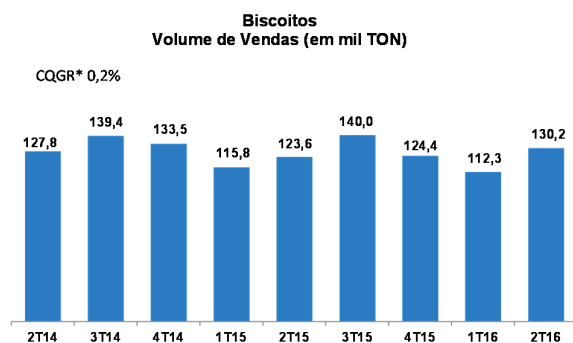
Mix de Clientes	2T16	2T15	Variação	1S16	1S15	Variação
Pequeno Varejo	33,5%	34,3%	-0,8 p.p	34,0%	35,4%	-1,4 p.p
Atacado	30,5%	30,9%	-0,4 p.p	30,8%	31,0%	-0,2 p.p
Key Account, Redes Nacionais e Regionais	14,3%	13,9%	0,4 p.p	13,7%	13,9%	-0,2 p.p
Cash & Carry	14,2%	12,9%	1,3 p.p	14,3%	12,1%	2,2 p.p
Distribuidores	5,8%	6,2%	-0,4 p.p	5,4%	5,8%	-0,4 p.p
Indústria	1,3%	1,4%	-0,1 p.p	1,4%	1,4%	0 p.p
Outros	0,4%	0,4%	0 p.p	0,4%	0,4%	0 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	

Maiores Clientes	Sequência	Acumulado	Vendas 2T16 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos (%)		Vendas 1S16 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos (%)	
				Na Faixa	Acumulada		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1		143,0	9,4%	9,4%	284,2	9,8%	9,8%
49 Subsequentes	50		404,0	26,5%	35,9%	734,6	25,5%	35,3%
50 Subsequentes	100		118,8	7,8%	43,7%	218,6	7,6%	42,9%
900 Subsequentes	1.000		426,8	28,0%	71,7%	810,8	28,1%	71,0%
Demais Clientes	Todos		433,5	28,3%	100,0%	838,2	29,0%	100,0%
TOTAL			1.526,1			2.886,4		

* Receita líquida de descontos

Comentário do Desempenho

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS



*Compounded Quarterly Growth Rate

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras linhas de produtos **		Total	
	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15	2T16	2T15
Produção Total	136,3	132,9	93,3	89,8	390,6	335,5	36,6	34,9	3,7	2,3	660,5	595,4
Capacidade Total de Produção	170,2	170,2	103,2	116,7	478,0	395,6	45,0	45,0	9,0	7,5	805,4	735,0
Nível de Utilização da Capacidade	80,1%	78,1%	90,4%	76,9%	81,7%	84,8%	81,3%	77,6%	41,1%	30,7%	82,0%	81,0%

* Em mil toneladas

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras linhas de produtos **		Total	
	2T16	1T16	2T16	1T16	2T16	1T16	2T16	1T16	2T16	1T16	2T16	1T16
Produção Total	136,3	111,3	93,3	80,9	390,6	347,0	36,6	33,2	3,7	1,5	660,5	573,9
Capacidade Total de Produção	170,2	170,2	103,2	103,2	478,0	478,0	45,0	45,0	9,0	9,0	805,4	805,4
Nível de Utilização da Capacidade	80,1%	65,4%	90,4%	78,4%	81,7%	72,6%	81,3%	73,8%	41,1%	16,7%	82,0%	71,3%

* Em mil toneladas

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras linhas de produtos **		Total	
	1S16	1S15	1S16	1S15	1S16	1S15	1S16	1S15	1S16	1S15	1S16	1S15
Produção Total	247,6	253,7	174,2	175,6	737,6	655,0	69,8	68,2	5,2	3,9	1.234,4	1.156,4
Capacidade Total de Produção	340,4	379,2	206,4	245,3	956,0	791,2	90,0	90,0	18,0	17,1	1.610,8	1.522,8
Nível de Utilização da Capacidade	72,7%	66,9%	84,4%	71,6%	77,2%	82,8%	77,6%	75,8%	28,9%	22,8%	76,6%	75,9%

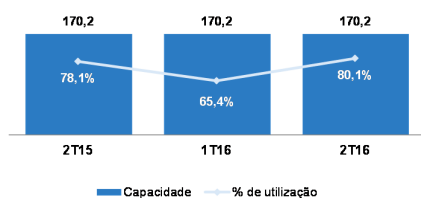
* Em mil toneladas

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

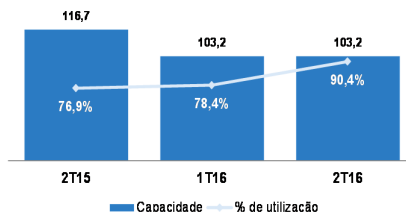
Nota: A Capacidade total de produção **foi revista no 2T16** para refletir melhor o máximo que a área industrial consegue extrair dos equipamentos, considerando as reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup, limpeza das linhas, restrições quanto à quantidade máxima de turnos admitidos em cada planta, etc. Por esta razão, a divulgação da série histórica das capacidades será reiniciada a partir deste release, uma vez ser inviável retornar no tempo para um recálculo das capacidades segundo os novos critérios.

Comentário do Desempenho

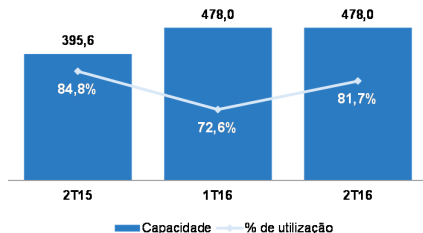
Biscoitos - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



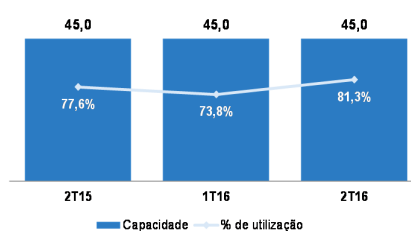
Massas - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



Farinha e Farelo - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



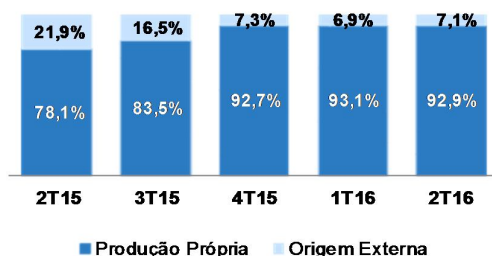
Marg. e Gorduras - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



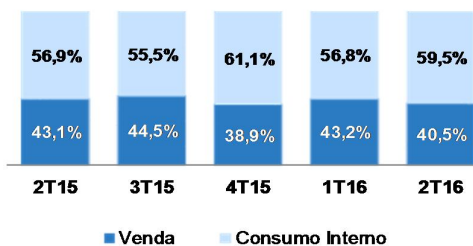
VERTICALIZAÇÃO

FARINHA DE TRIGO

CONSUMO DA COMPANHIA

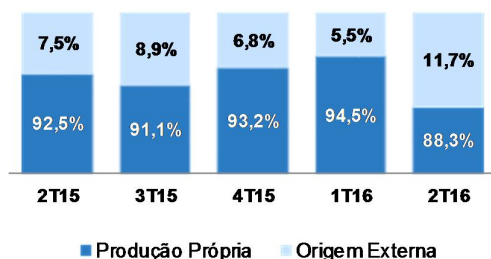


DESTINO DA PRODUÇÃO

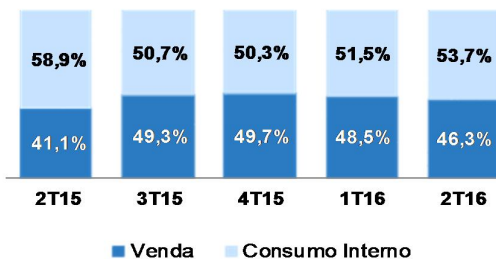


GORDURAS

CONSUMO DA COMPANHIA



DESTINO DA PRODUÇÃO



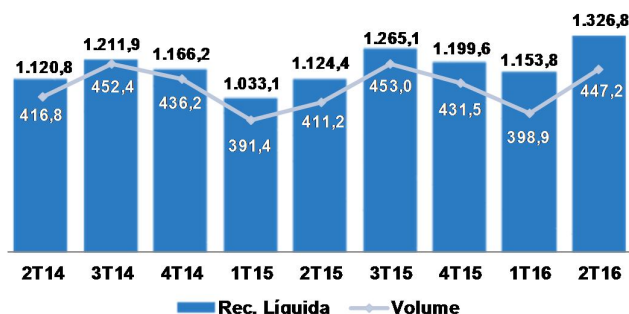
Importa ressaltar que o crescimento da produção de farinha e gorduras, e consequentemente a maior utilização da capacidade instalada segue contribuindo para o objetivo de crescimento na verticalização.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS DO PERÍODO

RECEITA LÍQUIDA

Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)



A **Receita Líquida** cresceu no **2T16** vs. 2T15 **18,0%**, em função principalmente da variação nos preços médios (**8,8%**) e na variação do volume (**8,8%**).

Linhas de Produto	2T16			2T15			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	693,4	130,2	5,33	588,1	123,6	4,76	17,9%	5,3%	12,0%
Massas	296,5	87,0	3,41	257,4	82,8	3,11	15,2%	5,1%	9,6%
Farinha e Farelo	249,2	210,3	1,18	205,7	187,3	1,10	21,1%	12,3%	7,3%
Margarinas e Gorduras	60,4	16,9	3,57	53,2	15,6	3,41	13,5%	8,3%	4,7%
Outras Linhas de Produtos**	27,3	2,8	9,75	20,0	1,9	10,53	36,5%	47,4%	-7,4%
TOTAL	1.326,8	447,2	2,97	1.124,4	411,2	2,73	18,0%	8,8%	8,8%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Em comparação com o 1T16, no **2T16** a **Receita Líquida** aumentou **15,0%**, influenciada principalmente pelo aumento no volume vendido (+12,1%) e pela evolução do preço médio nas vendas (**+2,8%**), este fruto da continuidade do processo de alinhamento gradual da tabela de preços dos produtos ocorrido ao longo do **2T16**. No final do 2T16 os preços médios, líquido de descontos, para a cesta de produtos da Companhia estava 7,3% maior do que o praticado no final de março/16.

Linhas de Produto	2T16			1T16			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	693,4	130,2	5,33	578,6	112,3	5,15	19,8%	15,9%	3,5%
Massas	296,5	87,0	3,41	264,4	79,5	3,33	12,1%	9,4%	2,4%
Farinha e Farelo	249,2	210,3	1,18	231,4	187,6	1,23	7,7%	12,1%	-4,1%
Margarinas e Gorduras	60,4	16,9	3,57	61,2	17,7	3,46	-1,3%	-4,5%	3,2%
Outras Linhas de Produtos**	27,3	2,8	9,75	18,2	1,8	10,11	50,0%	55,6%	-3,6%
TOTAL	1.326,8	447,2	2,97	1.153,8	398,9	2,89	15,0%	12,1%	2,8%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

A **Receita Líquida** do **1S16** foi 15,0% maior do que a registrada no 1S15, em função principalmente do maior volume de vendas no período (+5,4%), juntamente com a adequação dos preços médios dos produtos em 8,9%, especialmente em Biscoitos (12,2%) e Massas (11,6%).

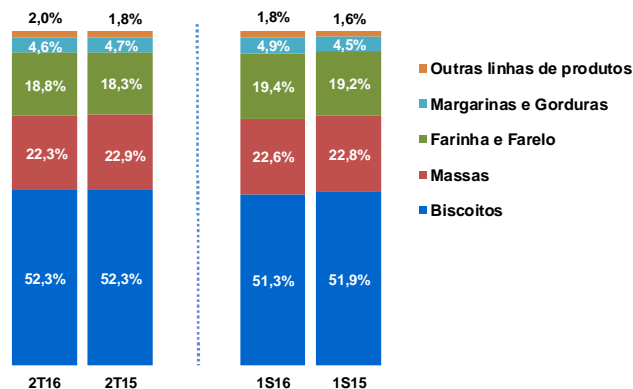
Comentário do Desempenho

Linhas de Produto	1S16			1S15			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	1.272,0	242,5	5,25	1.120,6	239,4	4,68	13,5%	1,3%	12,2%
Massas	560,9	166,5	3,37	492,4	163,0	3,02	13,9%	2,1%	11,6%
Farinha e Farelo	480,6	397,9	1,21	414,0	368,4	1,12	16,1%	8,0%	8,0%
Margarinas e Gorduras	121,6	34,6	3,51	96,4	28,5	3,38	26,1%	21,4%	3,8%
Outras Linhas de Produtos**	45,5	4,6	9,89	34,1	3,3	10,33	33,4%	39,4%	-4,3%
TOTAL	2.480,6	846,1	2,93	2.157,5	802,6	2,69	15,0%	5,4%	8,9%

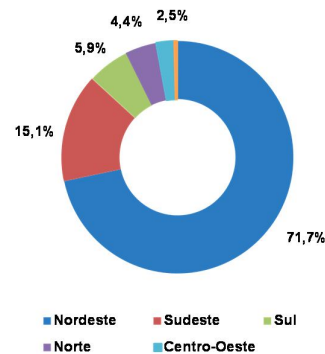
* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Composição da Receita Operacional Líquida



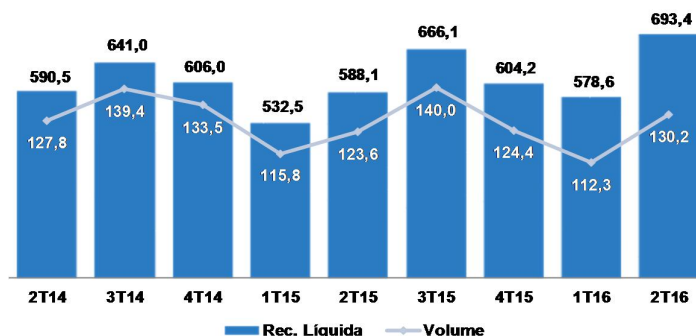
Vendas por Região - 2T16 (% da Receita Líquida de Descontos)



Nota: As exportações representaram 0,4% da Receita Líquida de descontos em 2T16.

BISCOITOS

Biscoitos Receita Líquida (milhões R\$) e Volume líquido (mil ton)



A **receita líquida de biscoitos** no comparativo do **2T16** com o 2T15 apresentou um aumento de **17,9%**, resultante de maior preço médio (**12,0%**), em função da adequação de preços implantada pela Companhia e ao crescimento de **5,3%** no volume de vendas. Vale mencionar que os maiores aumentos nos volumes de vendas ocorreram nas linhas de produtos água e sal, cream cracker e maria/maisena, produtos de menor valor agregado, conduzindo a que o preço médio consolidado não reflita integralmente os aumentos de preço em cada produto.

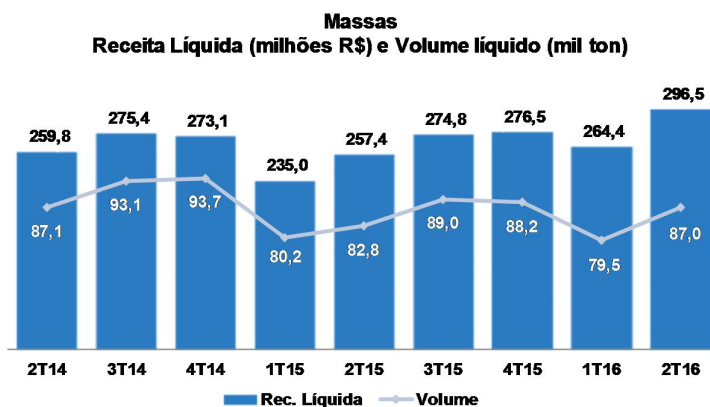
Além desse crescimento ao longo do segundo trimestre comparado ao ano passado, a receita líquida do **2T16** frente ao 1T16 ficou **19,8%** maior, decorrente especialmente do aumento no volume (**+15,9%**) e da recomposição de preços médios (**+3,5%**). Os principais aumentos de volumes em relação ao 1T16 ocorreram, igualmente, nas linhas de água e sal e cream cracker.

Comentário do Desempenho

A **receita líquida de biscoitos** no comparativo do **1S16** com o 1S15, apresentou acréscimo de **13,5%**, em função, principalmente da elevação do preço médio (**+12,2%**) e do aumento do volume de vendas (**+1,3%**). Vale mencionar que os maiores aumentos nos volumes de vendas ocorreram nas linhas de produtos água e sal, cream cracker e maria/maisena.

Importante ressaltar que a M. Dias Branco tem investido em inovação e desenvolvimento de novos produtos de acordo com as tendências de mercado. No **2T16**, a Companhia obteve uma receita bruta de **R\$ 5,4 milhões** em Biscoitos, com **47** novos produtos/sabores recentemente lançados.

MASSAS

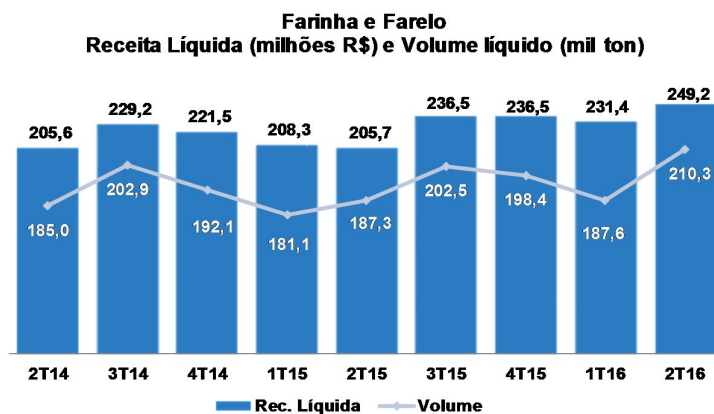


A **receita líquida de massas** cresceu **15,2%** no comparativo **2T16** em relação ao 2T15. Este incremento de receita é essencialmente reflexo da adequação de preços (**+9,6%**) e aumento no volume de vendas (**+5,1%**). O principal aumento nos volumes ocorreu em massas comum.

Além desse crescimento ao longo do segundo trimestre observou-se o aumento da receita comparada ao 1T16 (**+12,1%**), devido a um aumento no volume (**+9,4%**) associado à continuidade do processo de recomposição de preços (**+2,4%**), com maior crescimento em volume de vendas na linha de massas comum.

A **receita líquida de massas** também aumentou **13,9%** no comparativo **1S16** versus 1S15, em consequência do aumento do volume de vendas (**+2,1%**) e aumento do preço médio (**+11,6%**). O principal aumento nos volumes ocorreu em massas comum.

FARINHA E FARELO DE TRIGO



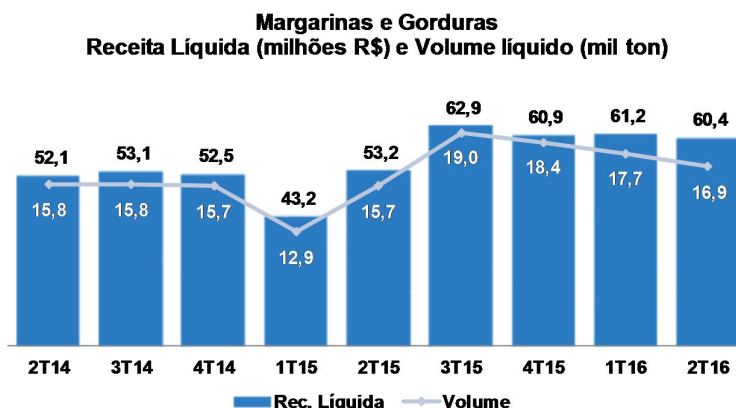
A **receita líquida de farinha e farelo de trigo**, no comparativo do **2T16** com o 2T15 cresceu **21,1%** resultante do maior volume comercializado (**+12,3%**) em conjunto com o aumento dos preços médios (**+7,3%**).

Comentário do Desempenho

No comparativo **2T16 versus 1T16**, a **receita líquida de farinha e farelo de trigo** cresceu **7,7%**, decorrente do volume vendido ser maior **(+12,1%)**, porém, com uma redução no preço médio **(-4,1%)**, a qual decorreu principalmente da queda, em reais, do valor de seu principal insumo: o trigo.

A **receita líquida de farinha e farelo** no comparativo do **1S16 versus 1S15** apresentou acréscimo de **16,1%**, resultante do maior volume de vendas **(+8,0%)**, associado ao maior preço médio **(+8,0%)**.

MARGARINAS E GORDURAS



A **receita líquida de margarinas e gorduras** no **2T16** cresceu em **13,5%** comparado ao **2T15**, em virtude do maior volume vendido **(+8,3%)**, e do reajuste de preços **(+4,7%)**.

No comparativo do **2T16** com o **1T16**, a receita líquida caiu **-1,3%**, fruto da combinação de aumento de preços **(+3,2%)** e um volume menor **(-4,5%)** que o obtido no trimestre anterior.

Em relação ao comparativo do **1S16 versus 1S15**, houve um aumento de **26,1%** na receita líquida, proveniente do maior volume vendido **(+21,4%)** e aumento do preço médio de **(+3,8%)**.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Custos Operacionais (R\$ milhões)	2T16	% RL	2T15	% RL	AH% 2T15-2T16	1T16	% RL	AH% 1T16-2T16	1S16	% RL	1S15	% RL	AH% 1S15-1S16
Matéria-Prima	566,9	42,7%	488,8	43,5%	16,0%	540,3	46,8%	4,9%	1.107,2	44,6%	921,4	42,7%	20,2%
Trigo	354,7	26,7%	295,4	26,3%	20,1%	357,9	31,0%	-0,9%	712,6	28,7%	555,2	25,7%	28,4%
Óleo	86,6	6,5%	71,1	6,3%	21,8%	77,1	6,7%	12,3%	163,7	6,6%	132,0	6,1%	24,0%
Açúcar	44,3	3,3%	27,4	2,4%	61,7%	36,5	3,2%	21,4%	80,8	3,3%	51,8	2,4%	56,0%
Farinha de Terceiros	19,4	1,5%	45,6	4,1%	-57,5%	14,5	1,3%	33,8%	33,9	1,4%	87,1	4,0%	-61,1%
Gordura de Terceiros	1,7	0,1%	0,5	0,0%	240,0%	0,9	0,1%	88,9%	2,6	0,1%	2,5	0,1%	4,0%
Outros insumos	60,2	4,5%	48,8	4,3%	23,4%	53,4	4,6%	12,7%	113,6	4,6%	92,8	4,3%	22,4%
Embalagens	90,4	6,8%	79,6	7,1%	13,6%	76,7	6,6%	17,9%	167,1	6,7%	152,2	7,1%	9,8%
Mão de obra	110,8	8,4%	97,7	8,7%	13,4%	109,3	9,5%	1,4%	220,1	8,9%	190,5	8,8%	15,5%
Gastos Gerais de Fabricação	70,1	5,3%	70,6	6,3%	-0,7%	69,9	6,1%	0,3%	140,0	5,6%	135,7	6,3%	3,2%
Depreciação e Amortização	23,2	1,7%	19,6	1,7%	18,4%	23,5	2,0%	-1,3%	46,7	1,9%	40,7	1,9%	14,7%
Total	861,4	64,9%	756,3	67,3%	13,9%	819,7	71,0%	5,1%	1.681,1	67,8%	1.440,5	66,8%	16,7%

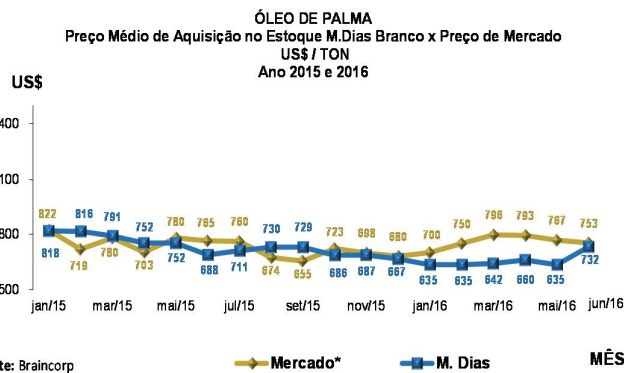
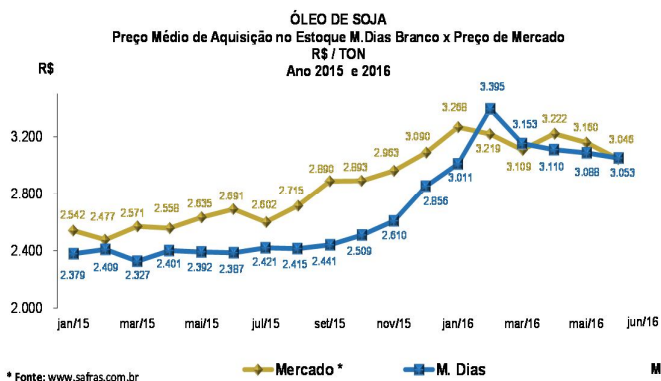
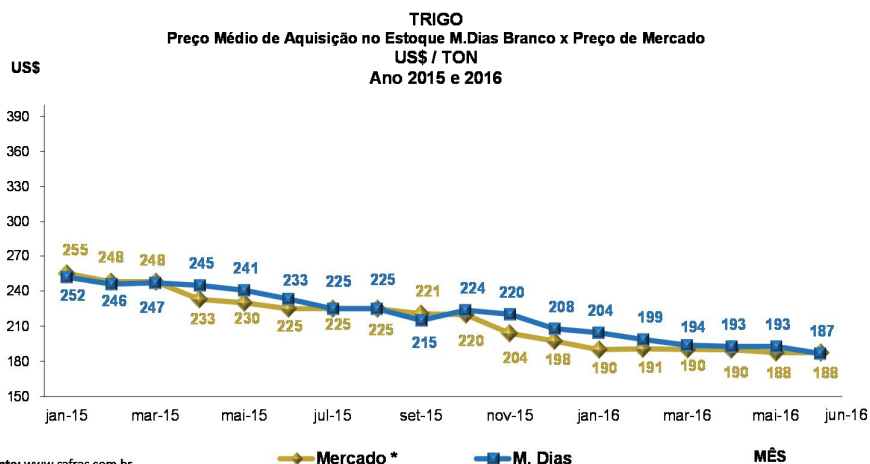
A representatividade do custo dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou redução de **2,4 p.p.** no comparativo **2T16 versus 2T15**, decorrente, dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

- ↓ Redução de 2,9% no custo médio do trigo consumido pela Companhia em consequência da baixa dos preços em reais dos diversos trigos adquiridos pela Companhia;
- ↓ Redução do custo de farinhas de terceiros, decorrente do aumento da verticalização. No 2T15, 21,9% da farinha consumida na Companhia foi adquirida de terceiros, enquanto que no 2T16 esse percentual ficou em 7,1%;
- ↑ Crescimento do custo médio do óleo vegetal consumido na Companhia em 15,6% em consequência da alta dos preços em reais praticados no mercado para aquisição desse insumo;
- ↑ Maiores gastos com mão de obra impactado pelo aumento de encargos com INSS da mão de obra alocada à atividade industrial, em função do término do efeito da desoneração da folha de pagamento ao final de 2015;
- ↑ Aumento nos gastos com depreciação, resultante do início da operação de novas linhas.

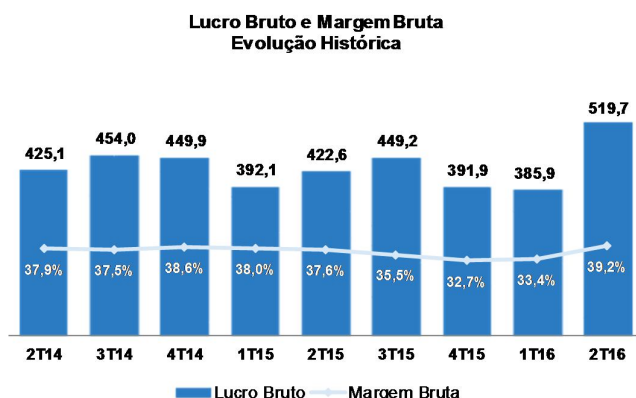
No comparativo **2T16 versus 1T16**, a representatividade do custo dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou redução de **6,1 p.p.** em função, principalmente, da redução de **9,9%** do custo médio do trigo consumido pela Companhia, justificado principalmente pela valorização do Real frente ao Dólar que apresentou variação média de **10,2%** entre **2T16** e **1T16**.

No comparativo **1S16 versus 1S15**, a representatividade dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou aumento de **1,0 p.p.** em função, principalmente, dos aumentos de **7,7%** do custo médio do trigo e de **16,5%** do custo médio do óleo vegetal consumidos pela Companhia.



Comentário do Desempenho

LUCRO BRUTO



Em função do comportamento, já comentado, da receita líquida e custo de produtos vendidos, o **lucro bruto** atingiu **R\$ 519,7 milhões** no **2T16**, apresentando um aumento de **23%** sobre o 2T15 e um incremento de **1,6 p.p** na representatividade sobre a receita, em virtude especialmente da queda no custo médio do trigo (-2,9%) adicionado aos menores custos com os itens que compõem a matéria prima e melhoria da eficiência.

No comparativo 2T16 *versus* 1T16 apresentou um aumento, em números absolutos, de **34,7%**, devido, principalmente a queda do custo em reais do trigo e do óleo.

Importa ressaltar que o lucro bruto contempla as subvenções para investimento estaduais, no montante de **R\$ 54,3 milhões** no **2T16** que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 – Subvenções Governamentais.

DESPESAS OPERACIONAIS

A representatividade das despesas operacionais sobre a receita líquida no **2T16** cresceu **0,9 p.p** comparado ao 2T15 e reduziu **0,5 p.p.** no período comparativo **2T16 versus** 1T16. Já no comparativo semestral **1S16 versus** 1S15, essa representatividade cresceu **0,8 p.p.**

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2T16	% RL	2T15	% RL	AH% 2T15-2T16	1T16	% RL	AH% 1T16-2T16	1S16	% RL	1S15	% RL	AH% 1S15-1S16
Vendas	240,5	18,1%	224,3	19,9%	7,2%	217,1	18,8%	10,8%	457,6	18,4%	427,1	19,8%	7,1%
Administrativas e gerais	40,9	3,1%	36,0	3,2%	13,6%	38,7	3,4%	5,7%	79,6	3,2%	72,0	3,3%	10,6%
Honorários da administração	3,0	0,2%	2,7	0,2%	11,1%	2,8	0,2%	7,1%	5,8	0,2%	5,2	0,2%	11,5%
Tributárias	5,8	0,4%	3,9	0,3%	48,7%	6,2	0,5%	-6,5%	12,0	0,5%	8,1	0,4%	48,1%
Depreciação e amortização	6,1	0,5%	5,1	0,5%	19,6%	6,4	0,6%	-4,7%	12,5	0,5%	10,3	0,5%	21,4%
Outras desp./(rec.) operac.	21,3	1,6%	(13,5)	-1,2%	-257,8%	10,7	0,9%	99,1%	32,0	1,3%	(17,4)	-0,8%	-283,9%
TOTAL	317,6	23,9%	258,5	23,0%	22,9%	281,9	24,4%	12,7%	599,5	24,2%	505,3	23,4%	18,6%

É relevante destacar que as **despesas operacionais** no 2T16 incluem **gastos não recorrentes** no valor de R\$ 7,0 milhões. Esses gastos decorrem de projetos de reestruturação e ganho de eficiência, de vitórias em demandas judiciais de natureza tributária e de provisões para alguns créditos fiscais acumulados no passado, em função do surgimento de divergências com o respectivo fisco quanto à recuperabilidade dos mesmos. No acumulado do 1S16 os **gastos não recorrentes** somam R\$ 18,6 milhões.

É, igualmente, importante, destacar, para a comparação com o 2T15, que no **2T16** tivemos o impacto cheio do aumento dos custos da folha por conta do término da desoneração do INSS (*findo em nov./15*).

Comentário do Desempenho

Em comparação com o **2T15**, as **despesas com vendas** apresentaram uma redução de **1,8 p.p.** na representatividade sobre a receita líquida, em virtude, principalmente: (i) das menores despesas com combustíveis; (ii) da queda nas despesas com fretes e (iii) do aumento da produtividade. Quando comparado o 2T16 ao 1T16, a despesa com vendas teve uma queda de **0,7 p.p.** na representatividade sobre a receita líquida, devido à redução nas: (i) despesas com indenizações trabalhistas; e (ii) despesas com logística. Já no comparativo semestral **1S16** versus 1S15 vale destacar que houve redução de **1,4 p.p.** dessa representatividade especialmente pelos seguintes fatos: (i) decréscimo da provisão para redução do valor recuperável; (ii) despesas com viagens e estadas; e (iii) despesas com veículos.

As **despesas administrativas** reduziram **0,1 p.p.** sobre a representatividade da receita, porém cresceram **13,6%** em valores absolutos no comparativo do **2T16** em relação ao 2T15, que é justificado principalmente pelo aumento dos encargos com INSS devido ao efeito do término da desoneração da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e aumento das despesas com serviços de terceiros. No comparativo com o 1T16, as despesas administrativas, aumentaram **5,7%** em valores absolutos (**R\$ 2,2 milhões** – dos quais R\$ 1,1 milhão não recorrente) e reduziu **0,3 p.p.** na representatividade na receita líquida. Esse aumento é justificado principalmente pelas despesas com serviços de terceiros relativo a assessorias e consultorias e serviços advocatícios/honorários de êxito. Em contraponto vale destacar que as despesas com pessoal e encargos, manutenção e gastos gerais reduziram tanto em valores absolutos como influenciaram diretamente para redução na representatividade sobre a receita. Já no comparativo semestral **1S16** versus 1S15, essa representatividade caiu **0,1 p.p.** devido ao decréscimo das despesas com manutenção e gastos gerais.

No período comparativo **2T16** versus 2T15, as outras receitas e despesas operacionais passaram de uma receita de R\$ 13,5 milhões para uma despesa de **R\$ 21,3 milhões**, tendo em vista que no 2T15, a Companhia registrou os seguintes eventos: (i) reconhecimento de créditos tributários, decorrentes de ação transitada em julgado relativa aos impostos PIS/Cofins incidentes sobre importações; e (ii) receita pela venda de veículos através de leilão. Em contraponto, houve o reconhecimento de: (i) provisões de contingências tributárias referente a demandas judiciais, contemplando, inclusive, honorários advocatícios de êxito para as demandas cujo risco de perda é possível ou remoto, além de honorários devidos pelo trânsito em julgado da ação do PIS/Cofins importação; e (ii) baixa de ativos não realizáveis, enquanto que 2T16, além de créditos tributários decorrente de trânsito em julgado de ações judiciais relativo a PIS/Cofins e INSS sobre serviço prestado por cooperativas, registrou provisões para perdas de tributos e baixas de ativos não realizáveis. No comparativo com 1T16, o aumento das despesas em R\$ 10,7 milhões, é justificado, principalmente, pelo aumento de provisões para perdas de créditos fiscais acumulados no passado, em função do surgimento de divergências com o respectivo fisco, conforme já mencionado, e de despesas de arredamento operacional devidas em função de renovação de contrato da Unidade Industrial Moinho Dias Branco. Em relação ao **1S16**, tais fatores também explicam as variações em relação ao 1S15.

RESULTADOS FINANCEIROS

No sentido de promover uma melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, evidenciamos as variações cambiais e operações com swap do período de forma segregada das demais receitas e despesas financeiras, conforme segue:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2T16	2T15	AH% 2T15-2T16	1T16	AH% 1T16-2T16	1S16	1S15	AH% 1S15-1S16
Receitas Financeiras	26,7	60,9	-56,2%	19,8	34,8%	46,5	82,2	-43,4%
Despesas Financeiras	(11,2)	(18,5)	-39,5%	(9,8)	14,3%	(21,0)	(25,8)	-18,6%
Variações Cambiais	22,9	6,1	275,4%	28,9	-20,8%	51,8	(43,5)	-219,1%
Perdas / Ganhos com <i>swap</i>	(31,7)	(15,1)	109,9%	(41,7)	-24,0%	(73,4)	31,1	-336,0%
TOTAL	6,7	33,4	-79,9%	(2,8)	-339,3%	3,9	44,0	-91,1%

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro do **2T16** comparado ao 2T15 passou de uma receita de R\$ 33,4 milhões para **R\$ 6,7 milhões**, em função, principalmente, do reconhecimento no 2T15 da atualização dos créditos tributários registrados por conta da ação judicial transitada em julgado (-R\$ 38,3 milhões), já mencionada nas outras receitas (despesas) operacionais. É importante mencionar que os efeitos das variações cambiais, juntamente com as operações de *swap*, passaram de uma despesa de R\$ 9,0 milhões para R\$ 8,8 milhões. Em comparação com o 1T16, o 2T16 passou de uma despesa de R\$ 2,8 milhões para uma receita de R\$ 6,6 milhões, decorrente da queda do dólar e o aumento do CDI, que impactaram para os efeitos apresentados nas variações cambiais e contratos de *swap*. Vale destacar o crescimento dos rendimentos sobre as aplicações financeiras e juros Selic.

Importa destacar que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de *swap*, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção das transações de importação de insumos e ativo fixo, os quais são registrados pelo valor justo e cujos resultados são contabilizados no resultado financeiro.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	2T16	2T15	AH% 2T15-2T16	1S16	1S15	AH% 1S15-1S16
IRPJ e CSLL	51,9	30,3	71,3%	68,1	68,8	-1,0%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(27,2)	(23,6)	15,3%	(36,8)	(31,6)	16,5%
TOTAL	24,7	6,7	268,7%	31,3	37,2	-15,9%

O valor do IRPJ e CSLL corrente no 2T16 apresentou um aumento, principalmente, pelo maior impacto que ocorreu no 2T15 dos ganhos decorrentes do trânsito em julgado da ação do PIS/COFINS Importação, onde se excluiu parte na base de cálculo dos referidos tributos.

Nos incentivos fiscais federais houve uma elevação de 15,3% no 2T16 em relação ao 2T15. Essa variação é decorrente do aumento do imposto, bem como do recebimento de depósito para reinvestimento do ano-calendário 2014, liberado pela Sudene em 2016. Tais fatores também explicam a variação do 1S16 em relação ao 1S15.

Importa destacar que os valores das subvenções para investimento estaduais, que transitam pelo resultado por força do CPC 07, não integram a base de cálculo dos referidos tributos.

Vale salientar que desde janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, esse procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio, que passou a ser realizada nos termos das normas fiscais que disciplinam o assunto. Assim, a M. Dias Branco, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/2009) vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. No 2T16 e no 2T15, a M. Dias Branco registrou na despesa de IRPJ e CSLL, a esse título, a importância de R\$ 5,8 milhões em ambos os períodos.

Cronograma de realização de créditos fiscais decorrentes da amortização do ágio	
Exercício	Valor (R\$ Milhões)
jul-dez/16	11,4
2017	20,0
2018	13,6
2019	12,5
TOTAL	57,5

Comentário do Desempenho

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T16	2T15	Variação	1T16	Variação	1S16	1S15	Variação
Lucro Líquido	184,1	190,8	-3,5%	94,6	94,6%	278,7	316,2	-11,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	51,9	30,3	71,3%	16,2	220,4%	68,1	68,8	-1,0%
Incentivo de IRPJ	(27,2)	(23,6)	15,3%	(9,6)	183,3%	(36,8)	(31,6)	16,5%
Receitas Financeiras	(60,8)	(84,5)	-28,0%	(61,6)	-1,3%	(122,4)	(106,4)	15,0%
Despesas Financeiras	54,1	51,1	5,9%	64,4	-16,0%	118,5	62,4	89,9%
Depreciação e Amortização sobre CPV	23,2	19,6	18,4%	23,5	-1,3%	46,7	40,7	14,7%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	6,1	5,1	19,6%	6,4	-4,7%	12,5	10,3	21,4%
Ebitda	231,4	188,8	22,6%	133,9	72,8%	365,3	360,4	1,4%
Margem Ebitda	17,4%	16,8%	0,6 p.p	11,6%	5,8 p.p	14,7%	16,7%	-2 p.p
Itens não-recorrentes (*)	7,0	-	100,0%	11,6	-39,7%	18,6	-	100,0%
Ebitda ajustado	238,4	188,8	26,3%	145,5	63,8%	383,9	360,4	6,5%
Margem Ebitda ajustada	18,0%	16,8%	1,2 p.p	12,6%	5,4 p.p	15,5%	16,7%	-1,2 p.p

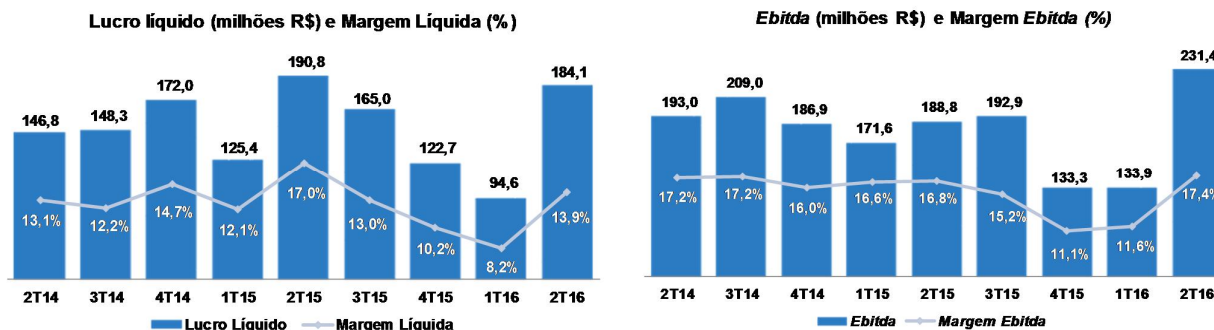
(*) No 1T16, refere-se a gastos com redução do quadro de pessoal, fruto do projeto de ganho de eficiência operacional.

EBITDA A PARTIR DA RECEITA LÍQUIDA

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T16	2T15	Variação	1T16	Variação	1S16	1S15	Variação
Receita Líquida	1.326,8	1.124,4	18,0%	1.153,8	15,0%	2.480,6	2.157,5	15,0%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(807,1)	(701,8)	15,0%	(767,9)	5,1%	(1.575,0)	(1.342,8)	17,3%
Depreciação e Amortização sobre CPV	23,2	19,6	18,4%	23,5	-1,3%	46,7	40,7	14,7%
Despesas Operacionais	(317,6)	(258,5)	22,9%	(281,9)	12,7%	(599,5)	(505,3)	18,6%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	6,1	5,1	19,6%	6,4	-4,7%	12,5	10,3	21,4%
Ebitda	231,4	188,8	22,6%	133,9	72,8%	365,3	360,4	1,4%
Margem Ebitda	17,4%	16,8%	0,6 p.p	11,6%	5,8 p.p	14,7%	16,7%	-2 p.p
Itens não-recorrentes (*)	7,0	-	100,0%	11,6	-39,7%	18,6	-	100,0%
Ebitda ajustado	238,4	188,8	26,3%	145,5	63,8%	383,9	360,4	6,5%
Margem Ebitda ajustada	18,0%	16,8%	1,2 p.p	12,6%	5,4 p.p	15,5%	16,7%	-1,2 p.p

(*) No 1T16, refere-se a gastos com redução do quadro de pessoal, fruto do projeto de ganho de eficiência operacional.

O valor do Lucro Líquido do 2T16, quando ajustado por elementos não recorrentes no período, aumenta de R\$ 184,1 milhões para **R\$ 187,1 milhões**. No 2T15 o resultado do Lucro Líquido foi influenciado pelo resultado não-recorrente de uma decisão, a favor da M. Dias Branco, numa demanda tributária (PIS/COFINS-Importação).



Os dados acima de margem EBITDA do 2T16 não descontam os **fatores não recorrentes**, no montante de R\$ 7,0 milhões. Feita esta exclusão, a margem EBITDA ajustada é de 18,0%.

Comentário do Desempenho

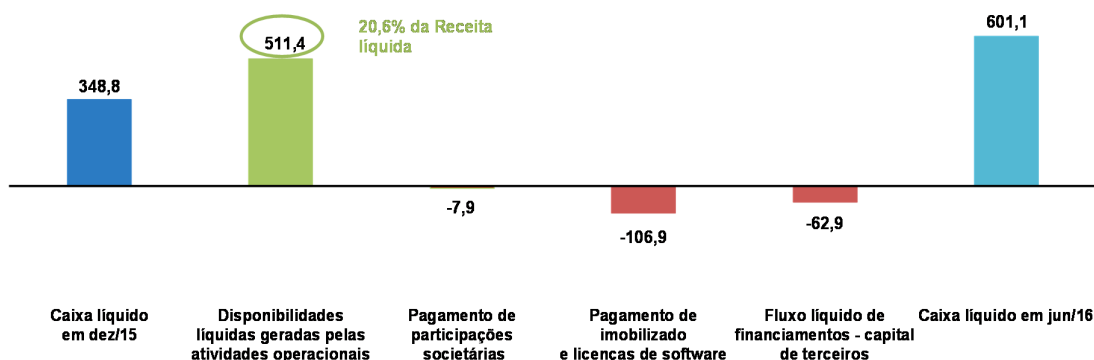
DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	30/06/2016	30/06/2015	Variação	Indicadores Financeiros			
Curto Prazo	304,4	391,3	-22,2%	30/06/2016	30/06/2015	Variação	
Longo Prazo	330,4	341,8	-3,3%	Dívida Líquida / Ebitda (últ. 12 meses)	-	0,4	-100,0%
Endividamento Total	634,8	733,1	-13,4%	Dívida Líquida / PL	0,7%	8,2%	-7,5 p.p
(-) Caixa	(601,1)	(435,0)	38,2%	Endividamento / Ativo Total	12,1%	15,3%	-3,2 p.p
(-) Aplicações Financeiras de Curto Prazo	(0,2)	(6,9)	-97,1%				
(-) Aplicações Financeiras de Longo Prazo	(4,3)	(3,9)	10,3%				
(=) Dívida Líquida	29,2	287,3	-89,8%				
Patrimônio Líquido	3.935,9	3.507,4	12,2%				
Capitalização	4.570,7	4.240,5	7,8%				

A M. Dias Branco possui passivos indexados em moeda estrangeira (dólar em sua maior parte) no montante de **R\$ 214,3 milhões** no **2T16**, decorrentes da importação de insumos, os quais se encontram protegidos por operações de *swap*, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI (**14,1% a.a.** em 20/07/2016).

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	30/06/2016	AV%	30/06/2015	AV%	AH%
Moeda Nacional			420,5	66,2%	417,5	56,9%	0,7%
BNDES - FINAME	TJLP	3,36% (3,45% em 30/06/15)	0,1	0,0%	0,5	0,1%	-80,0%
BNDES - PSI	R\$	4,74% (4,47% em 30/06/15)	276,1	43,5%	262,0	35,7%	5,4%
BNDES - PSI	URTJLP	6,49% (6,40% em 30/06/15)	0,4	0,1%	0,6	0,1%	-33,3%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	5,8	0,9%	13,6	1,9%	-57,4%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	6,2	1,0%	5,6	0,8%	10,7%
Financ. BNB-FNE	Prefixada	8,3%	58,8	9,3%	56,5	7,7%	4,1%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	20,2	3,2%	25,1	3,4%	-19,5%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	15,4	2,4%	13,0	1,8%	18,5%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	36,0	5,7%	38,3	5,2%	-6,0%
Arrendamento mercantil financeiro		2,7%	1,5	0,2%	2,3	0,3%	-34,8%
Moeda Estrangeira			214,3	33,8%	315,6	43,1%	-32,1%
Financ. de importação insumos - FINIMP	USD	2,04% (1,09% em 30/06/15)	214,3	33,8%	315,6	43,1%	-32,1%
TOTAL			634,8	100,0%	733,1	100,0%	-13,4%

A M. Dias Branco registrou aumento de **R\$ 252,3 milhões** nas disponibilidades no **1S16**. O caixa líquido gerado nas atividades operacionais desse período foi de **R\$ 511,4 milhões**. Em contraponto, foram aplicados **R\$ 106,9 milhões** no pagamento de ativo imobilizado e licenças de software, **R\$ 62,9 milhões** decorrentes do fluxo líquido de financiamentos com capital de terceiros e **R\$ 7,9 milhão** no pagamento para aquisição de empresas.

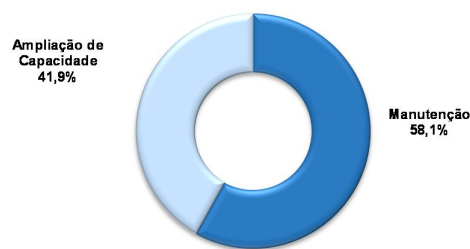


Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	2T16	2T15	Variação	1S16	1S15	Variação
Instalações	6,8	8,4	-19,0%	13,2	14,9	-11,4%
Máquinas e Equipamentos	22,8	115,7	-80,3%	62,5	154,5	-59,5%
Obras Cíveis	14,3	44,4	-67,8%	29,3	64,7	-54,7%
Veículos	0,2	2,7	-92,6%	0,3	2,8	-89,3%
Computadores e Periféricos	0,4	0,6	-33,3%	0,9	0,8	12,5%
Móveis e utensílios	2,9	1,2	141,7%	4,2	4,0	5,0%
Terrenos	2,1	7,0	-70,0%	2,1	7,0	-70,0%
Outros	0,1	1,1	-90,9%	0,3	1,3	-76,9%
Total	49,6	181,1	-72,6%	112,8	250,0	-54,9%

Investimentos 2T16 - R\$ 49,6 milhões



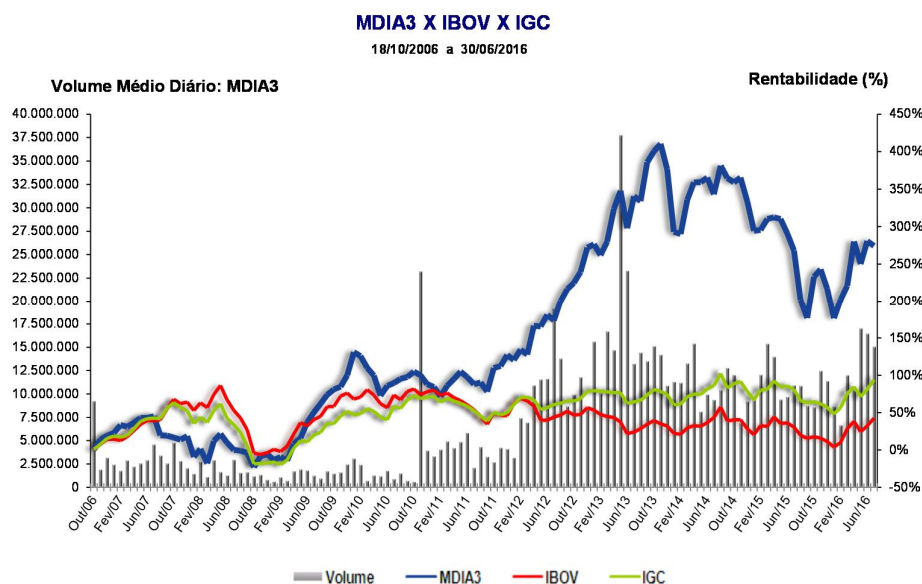
Os **investimentos** totalizaram **R\$ 49,6 milhões no 2T16**, distribuídos entre expansão (destacando-se obras cíveis e máquinas e equipamentos para nova unidade moageira) e manutenção.

Durante o primeiro semestre de 2016 foram investidos **R\$ 3,8 milhão** em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas às Informações financeiras intermediárias.

MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (*IPO*) a **30 de junho de 2016** é demonstrado no gráfico abaixo. Em **30 de junho de 2016**, as ações MDIA3 estavam cotadas em **R\$ 105,90**, representando um valor de mercado de **R\$ 12,0 bilhões**. A média do volume diário negociado no **2T16** foi de **R\$ 14,7 milhões**. O Ibovespa fechou aos 51.527 pontos e o IGC em 8.092 pontos em 30 de junho de 2016.



Comentário do Desempenho

Evolução de Preços, Liquidez e Performance da Ação	2T16	2T15
MDIA3		
Cotações - R\$*	105,90	82,00
Volume Médio Diário Negociado (R\$ Milhões)	14,7	11,0
Performance nos respectivos períodos		
MDIA3	57,19%	-4,77%
Ibovespa	2,94%	3,77%
IGC	3,35%	2,46%

*Preço de fechamento no final do período

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e revisar as informações intermediárias individuais e consolidadas relativas aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do respectivo exercício, e não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações financeiras em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Três de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

A Companhia possui doze unidades de produção, sendo oito situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), duas localizadas na região Sudeste (São Paulo) e duas instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam seis moinhos de trigo, nove fábricas de massas alimentícias, sete fábricas de biscoitos, uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais, uma fábrica de *snacks* e bolos, uma fábrica de mistura para bolos e uma fábrica de torradas. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui 29 centros de distribuição destinados a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Isabela, Pelaggio, Pilar, Predilieto, Richester, Salsito, Treloso, Vitarella e Zabet.

2. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2015, descritas na nota 2 das referidas demonstrações, e portanto, devem ser analisadas em conjunto. A Companhia

Notas Explicativas

adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2016.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras foi dada pela diretoria em reunião realizada em 25 de julho de 2016.

(a) Base de mensuração

As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com valores em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das informações financeiras individuais e consolidadas estão em conformidade com as IFRS e os CPCs, assim como requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas informações financeiras individuais e consolidadas.

a. Consolidação

i. Controladas

Na elaboração das informações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

Participação societária nas controladas

	Proporção de participação			
	30/06/16		31/12/15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (b)	100,00	-	100,00	-

(a) Investimentos no exterior.

(b) Investimentos no exterior sem atividades operacionais.

Características principais das controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco Argentina S. A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

ii. *Controladas em conjunto ("joint operation")*

A Companhia possui o controle compartilhado da empresa Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda., com participação de 33,33% de seu capital. A Companhia classificou a sua participação na Tergran como *joint operation*, ou operação em conjunto, e passou a reconhecer seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas em relação à sua participação na operação em conjunto somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento continua sendo reconhecido nas demonstrações individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que presta serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Notas Explicativas

b. Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

ii. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

c. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se há evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável de cada ativo ou grupo de ativos. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora dos recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas concedem apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

e. Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não há envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

f. Segmento de negócios

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha/farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos e mistura para bolos, torradas e *snacks*. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

g. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que

Notas Explicativas

oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. A norma passa a vigorar em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de início de vigência da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 é resultante de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contratos com clientes. Essa norma requer que o reconhecimento de receita se dê de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente, definindo o momento e o montante que reflitam a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação dessa norma e os divulgará para o mercado até a data de início de vigência da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Caixa e bancos	9.533	16.613	9.541	16.640
Aplicações financeiras em renda fixa	591.187	331.835	591.596	332.160
	600.720	348.448	601.137	348.800

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados e Operações Compromissadas, remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 101,51% (102,01% em 31 de dezembro de 2015), são destinadas à negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

5. Contas a receber de clientes

Os saldos das contas a receber de curto prazo foram trazidos a valor presente em 30 de junho de 2016 com base na taxa de 100% do DI futuro, correspondente a 14,12% a.a.. Contudo, essa avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2015, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento da maioria dos créditos da Companhia e suas controladas, em média de 43 dias. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado.

Notas Explicativas**Composição dos saldos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Circulante:				
No país	625.804	629.115	625.804	629.125
No exterior	5.081	8.065	5.081	8.065
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(43.008)	(39.238)	(43.008)	(39.238)
Total	<u>587.877</u>	<u>597.942</u>	<u>587.877</u>	<u>597.952</u>

Aginglist	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Descrição				
A vencer	<u>557.920</u>	<u>542.735</u>	<u>557.920</u>	<u>542.745</u>
Vencidas	<u>72.965</u>	<u>94.445</u>	<u>72.965</u>	<u>94.445</u>
1 a 30 dias	29.372	49.570	29.372	49.570
31 a 60 dias	3.322	8.060	3.322	8.060
61 a 90 dias	2.419	4.180	2.419	4.180
91 a 180 dias	5.868	6.305	5.868	6.305
181 a 360 dias	13.635	7.614	13.635	7.614
mais de 360 dias	<u>18.349</u>	<u>18.716</u>	<u>18.349</u>	<u>18.716</u>
Subtotal	630.885	637.180	630.885	637.190
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(43.008)</u>	<u>(39.238)</u>	<u>(43.008)</u>	<u>(39.238)</u>
Contas a receber	587.877	597.942	587.877	597.952

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em conta o conhecimento da Administração sobre o mercado de atuação da Companhia e suas controladas, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese. A Companhia não registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando há outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Controladora e</u> <u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	23.706
Perdas estimadas no exercício	20.651
Baixas	(5.119)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.238
Perdas estimadas no período	7.065
Baixas	(3.295)
Saldo em 30 de junho de 2016	43.008

6. Estoques

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Produtos acabados	137.683	146.768	137.683	146.768
Produtos em elaboração	25.110	31.258	25.110	31.258
Matérias-primas	267.191	331.495	267.191	331.495
Materiais de embalagens e almoxarifado	101.962	105.640	101.962	105.640
Materiais auxiliares e de manutenção	27.928	30.487	27.951	30.511
Importações em andamento	3.928	17.406	3.928	17.406
Adiantamentos a fornecedores	4.957	12.226	4.957	12.226
	568.759	675.280	568.782	675.304

A Companhia e suas controladas têm como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias. Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantinha perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$10.316 (R\$ 7.614 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
ICMS (i)	158.242	158.093	158.242	158.093
Imposto de renda e contribuição social (ii)	39.996	37.984	39.999	37.986
PIS e Cofins (iii)	81.069	101.106	81.069	101.106
Imposto de renda na fonte (iv)	3.111	10.561	3.165	10.612
IRPJ – Crédito do PAT (v)	8.541	8.199	8.541	8.199
Outros	8.470	7.857	8.470	7.857
Total	299.429	323.800	299.486	323.853
Circulante	(184.001)	(238.785)	(184.058)	(238.838)
Não circulante	115.428	85.015	115.428	85.015

Os impostos a recuperar têm as seguintes origens: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado, (b) ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo e (c) perdas estimadas por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 19.173; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes, principalmente, da exclusão nas bases de cálculos dos tributos dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas; (iii) PIS e Cofins, em virtude de pagamento a maior e PIS e Cofins sobre importação, decorrente de ação transitada em julgado no Tribunal Regional Federal/TRF 5ª Região, que garantiu o direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação; (iv) Imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras; e (v) Crédito de IRPJ relativo ao incentivo do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), período-base 2003 a 2014, decorrente, principalmente, de ação transitada em julgado.

O montante de imposto a recuperar, referente a ICMS e IOF, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Exercício	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
2017	33.889	28.193
2018	49.565	42.131
2019	19.471	9.033
2020	8.486	4.605
Demais períodos	4.017	1.053
	115.428	85.015

Notas Explicativas

8. Investimentos

Nas informações financeiras individuais, os investimentos em controladas que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	2.602	2.589	-	-
Outros	140	140	140	140
	<u>2.742</u>	<u>2.729</u>	<u>140</u>	<u>140</u>

b. Movimentação dos investimentos em controladas

	Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	M. Dias Branco Argentina S. A.	M. Dias Branco International Trading LLC	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.940	4	114	3.058
Equivalência patrimonial	(501)	-	(15)	(516)
Variação cambial	-	-	47	47
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.439	4	146	2.589
Equivalência patrimonial	56	-	(19)	37
Variação cambial	-	(1)	(23)	(24)
Saldos em 30 de junho de 2016	2.495	3	104	2.602

9. Propriedades para Investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Notas Explicativas

a. Composição dos saldos

	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.107	11.163	24.270
Reclassificação	(1.306)	-	(1.306)
Depreciação	(102)	-	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.699	11.163	22.862
Reclassificação	876	-	876
Depreciação	(616)	-	(616)
Saldo em 30 de junho de 2016	11.959	11.163	23.122

Em 31 de dezembro de 2015, as propriedades para investimento contemplavam três imóveis, localizados na Bahia, Ceará e Pernambuco e em 31 de março de 2016, foi adicionado mais um imóvel, localizado em Teresina (PI). Esses imóveis foram reclassificados de imobilizado para propriedades para investimento, em razão do encerramento das atividades operacionais em tais imóveis. Em 30 de junho de 2016, o valor justo dos imóveis remanescentes está representado pelo montante de R\$ 37.475 (R\$ 36.297 em 31 de dezembro de 2015), com base em laudos de avaliação.

10. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

	Taxas de depreciação (% a.a)	
	30/06/16	31/12/15
Edificações	1,69	1,68
Máquinas e equipamentos	5,76	5,72
Móveis e utensílios	9,42	9,55
Veículos	7,34	7,48
Instalações	5,41	5,36
Outros	5,25	5,24

Notas Explicativas**a. Movimentação do imobilizado****Controladora**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	561.884	1.300.429	58.765	75.888	170.403	566.180	126.724	2.860.273
Adições	25.973	48.801	1.954	-	2.532	370.174	7.758	457.192
Baixas	-	(2.473)	(153)	(7.254)	(170)	-	(889)	(10.939)
Transferências	78.029	240.154	4.084	2.495	75.601	(449.382)	49.019	0
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	1.321	415	-	-	-	(2)	-	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2015	667.207	1.587.326	64.650	71.129	248.366	486.970	182.612	3.308.260
Adições	(661)	3.649	1.276	118	1.136	104.924	2.387	112.829
Baixas	-	(25)	(57)	(1.206)	-	(1)	(87)	(1.376)
Transferências	2.380	108.021	4.225	1.982	12.478	(130.196)	1.110	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱ⁾	(727)	(147)	-	-	-	(765)	(450)	(2.089)
(-) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	(2.427)	-	(2.427)
Saldos em 30 de junho de 2016	668.199	1.698.824	70.094	72.023	261.980	458.505	185.572	3.415.197

⁽ⁱ⁾ De Propriedades para investimentos para Imobilizado em setembro de 2015, relativa a unidade de Caruaru (PE) que entrou em operação. ⁽ⁱⁱ⁾ De imobilizado para propriedades para investimentos em março de 2016, em função da mudança de endereço da unidade de Teresina (PI), por ocasião da ampliação de sua operação, desocupando o imóvel em que esta filial operava anteriormente.

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(173.343)	(673.539)	(37.210)	(47.689)	(82.121)	-	(41.702)	(1.055.604)
Depreciação	(9.902)	(72.448)	(4.658)	(3.235)	(10.327)	-	(7.294)	(107.864)
Baixas	-	2.344	133	7.087	159	-	863	10.586
Transferências	12.026	(16)	(24)	-	(69)	-	(12.020)	(103)
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(171.219)	(743.659)	(41.759)	(43.837)	(92.358)	-	(60.153)	(1.152.985)
Depreciação	(4.986)	(38.943)	(2.326)	(1.611)	(5.922)	-	(3.926)	(57.714)
Baixas	1	25	52	1.126	-	-	78	1.282
Transferências	(37)	100	(24)	(1)	(68)	-	30	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱ⁾	301	3	-	-	-	-	-	304
Saldos em 30 de junho de 2016	(175.940)	(782.474)	(44.057)	(44.323)	(98.348)	-	(63.971)	(1.209.113)
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	495.988	843.667	22.891	27.292	156.008	486.970	122.459	2.155.275
Saldos em 30 de junho de 2016	492.259	916.350	26.037	27.700	163.632	458.505	121.601	2.206.084

Notas Explicativas**Consolidado**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	564.650	1.302.810	58.825	75.887	170.699	566.180	126.833	2.865.884
Adições	25.973	48.801	1.955	-	2.531	370.174	7.758	457.192
Baixas	-	(2.473)	(153)	(7.253)	(170)	-	(890)	(10.939)
Transferências	78.029	240.154	4.084	2.494	75.601	(449.382)	49.020	-
Reclassificação ⁽ⁱ⁾	1.321	415	-	-	-	(2)	-	1.734
Saldos em 31 de dezembro de 2015	669.973	1.589.707	64.711	71.128	248.661	486.970	182.721	3.313.871
Adições	(661)	3.651	1.276	118	1.185	104.924	2.389	112.882
Baixas	-	(25)	(57)	(1.206)	-	(1)	(86)	(1.375)
Transferências	2.380	108.021	4.225	1.982	12.478	(130.196)	1.110	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱ⁾	(727)	(147)	-	-	-	(765)	(450)	(2.089)
(-) Provisão para redução do valor recuperável dos ativos	-	-	-	-	-	(2.427)	-	(2.427)
Saldos em 30 de junho de 2016	670.965	1.701.207	70.155	72.022	262.324	458.505	185.684	3.420.862

⁽ⁱ⁾ De Propriedades para investimentos para Imobilizado em setembro de 2015, relativa a unidade de Caruaru (PE) que entrou em operação. ⁽ⁱⁱ⁾ De imobilizado para propriedades para investimentos em março de 2016, em função da mudança de endereço da unidade de Teresina (PI), por ocasião da ampliação de sua operação, desocupando o imóvel em que esta filial operava anteriormente.

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(175.176)	(675.615)	(37.240)	(47.689)	(82.407)	-	(41.808)	(1.059.935)
Depreciação	(10.021)	(72.518)	(4.662)	(3.235)	(10.329)	-	(7.295)	(108.060)
Baixas	-	2.344	133	7.088	159	-	864	10.588
Transferências	12.025	(15)	(24)	-	(69)	-	(12.020)	(103)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(173.172)	(745.804)	(41.793)	(43.836)	(92.646)	-	(60.259)	(1.157.510)
Depreciação	(5.041)	(38.974)	(2.328)	(1.612)	(5.925)	-	(3.926)	(57.806)
Baixas	1	25	52	1.126	-	-	78	1.282
Transferências	(37)	100	(24)	(1)	(68)	-	30	-
Reclassificação ⁽ⁱⁱⁱ⁾	301	3	-	-	-	-	-	304
Saldos em 30 de junho de 2016	(177.948)	(784.650)	(44.093)	(44.323)	(98.639)	-	(64.077)	(1.213.730)

Saldos líquidos

Saldos em 31 de dezembro de 2015	496.801	843.903	22.918	27.292	156.015	486.970	122.462	2.156.361
Saldos em 30 de junho de 2016	493.017	916.557	26.062	27.699	163.685	458.505	121.607	2.207.132

A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 59.528 (R\$ 49.583 em 30 de junho de 2015).

Notas Explicativas

b. Benfeitorias em imóveis de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, localizadas em Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN), com prazo médio de 20 anos e pagamentos mínimos mensais de aproximadamente R\$ 306, que são reconhecidos no resultado. Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens.

c. Garantias

Em 30 de junho de 2016, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas totalizava R\$ 600.390 (R\$ 614.477 em 31 de dezembro de 2015), sem considerar depreciações acumuladas.

d. Custos de empréstimos

O valor dos custos de empréstimos capitalizados em 30 de junho de 2016 totalizou R\$ 2.385 (R\$ 7.122 em 31 de dezembro de 2015). A taxa média utilizada para capitalização foi de 5,58% a.a. (6,01% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

e. Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

O ativo imobilizado da Companhia é submetido a análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável.

Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia, exceto o caso do projeto de implantação do moinho de trigo na unidade de Recife, que em razão das dificuldades enfrentadas para obtenção das licenças e autorizações dos órgãos competentes necessárias à sua instalação e operação, a Administração decidiu que o empreendimento será construído em outra localidade, a ser oportunamente definida. Dessa forma, foi constituída a provisão de perda dos gastos da fase inicial do projeto, no valor de R\$ 2.427.

11. Intangível

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30/06/16	31/12/15
Ativos com vida útil definida		
Softwares em operação	29.959	27.965
Softwares em andamento ⁽¹⁾	14.175	14.290
(-) Amortização acumulada	(18.878)	(17.213)
	25.256	25.042
Ativos com vida útil indefinida		
Marcas		
Vitarella	107.011	107.011
Pilar	33.815	33.815
Estrela, Pelaggio e Salsito	75.559	75.559
Predilieto e Bonsabor	11.530	11.530
Outras	4.028	3.750
	231.943	231.665
Ágio pago por rentabilidade futura		
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	34.037	34.037
Vitarella	400.710	400.710
Pilar	27.941	27.941
Pelágio e J. Brandão	67.661	67.661
Moinho Santa Lúcia	42.363	42.363
Outros ⁽²⁾	9.384	9.384
	582.096	582.096
	839.295	838.803

⁽¹⁾ Os projetos de implantação de software em andamento têm prazo estimado para conclusão até 2017; ⁽²⁾ Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por dez anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

A Companhia não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento, no valor de R\$ 3.819 em 30 de junho de 2016 (R\$ 1.932 em 30 de junho de 2015).

Notas Explicativas**i. Movimentação do intangível**

	Controladora e Consolidado		
	Software	Marcas	Ágio na Aquisição de investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2014	24.361	231.242	582.096
Aquisições	3.790	423	-
Amortizações	(3.109)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	25.042	231.665	582.096
Aquisições	1.731	278	-
Reclassificação	144	-	-
Amortizações	(1.661)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2016	25.256	231.943	582.096

ii. Teste do valor recuperável dos ágios e marcas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aplicou teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importa ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual da Companhia, aprovado pela diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos mais perpetuidade, e o modelo baseou-se nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 10% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e em sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 15,1% (12,8% em 2014). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar

Notas Explicativas

as projeções além do período de 5 anos foi de 4% (4% em 31 de dezembro de 2014);

Nesse processo de avaliação, o valor da empresa obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, já que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

12. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas da Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação.

O acionista controlador é Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
M. Dias Branco International Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco Argentina S. A.	Sem operação e em processo de baixa.
Controlada em conjunto	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Empresas cujo controlador é o presidente do Conselho de Administração da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Aluguel de imóvel
Idibra Participações S. A.	Prestação de serviços em construção civil
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
Empresas em que o diretor-presidente e/ou os vice-presidentes da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos

⁽¹⁾ Percentual de participação consta na Nota Explicativa nº 3a.

Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidentes que, por atender os critérios do CPC 05, enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não mantenha transações com elas: IWS Construções Ltda., IMC

Notas Explicativas

Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S. A., Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S. A., CDB Participações Ltda-EPP, Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários S. A., Equatorial Participações e Negócios S. A., Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 002 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 003 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 004 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 005 Ltda., Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda.; Rio Douro Consultoria Empresarial Ltda., Aquiraz Golf Clubs Administração e Comércio Ltda., Lago das Praias Belas Empreendimentos Imobiliários Ltda, Meta Dias Branco Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda., Aveiro Multimercado FD Invest Credito Privado Investimento Exterior e Dias Branco & Moradia Empreendimento Imobiliário SPE 001 Ltda.

a. Condições das transações com as principais partes relacionadas

Conforme já mencionado, as operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, e, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido.

As controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A. fazem o processo de intermediação da compra de trigo para a Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos por meio de financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para reembolso. Já o pagamento à Tergran se dá contra apresentação de fatura, assim como acontece com as demais transações com outras partes relacionadas.

b. Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Circulante				
Contas a Receber				
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	48	28	48	28
LDB Logística e Transporte Ltda.	19	22	19	22
LDB Transporte de Cargas Ltda.	44	29	44	29
Idibra Participações S. A.	-	4	-	4
Terminal Portuário Cotegipe S.A	1	-	1	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1	-	1	-
	113	83	113	83
Não circulante				
Investimentos				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	2.495	2.439	-	-
M. Dias Branco International Trading LLC	104	146	-	-
M. Dias Branco Argentina S. A.	3	4	-	-
	2.602	2.589	-	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	420	534	420	534
Companhia Industrial de Cimento Apodi	104	624	104	624
LDB Logística e Transporte Ltda.	180	158	180	158
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	179	-	179
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	125	78	125	78
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	-	730	-	730
Idibra Participações S. A.	-	5	-	5
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	228	96	-	-
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	275	269	275	269
	1.332	2.673	1.104	2.577
Outras contas a pagar				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188	-	-
	1.188	1.188	-	-
Não circulante				
Contas a pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1.238	1.238	1.238	1.238
	1.241	1.241	1.238	1.238

Notas Explicativas**c. As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:****Controladora e Consolidado**

	Venda de produtos		Compra de produtos	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	1	1	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	4	2	-	-
Idibra Participações S. A.	1	4	-	-
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	297	270	-	-
LDB Transporte de Cargas Ltda.	16	8	-	-
LDB Logística e Transporte Ltda.	23	-	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	5	8	-	-
	347	293	-	-
	Venda de Imobilizado/Outros		Compra de imobilizado/Outros	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	-	-	61	54
LDB Logística e Transporte Ltda.	-	29	-	-
LDB Transporte de Cargas Ltda.	1	1	-	-
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	-	-	1.795	1.915
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	-	2.106	4.625
Companhia de Cimento Apodi	-	-	106	170
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	-	-	5	-
	1	30	4.073	6.764
	Controladora		Consolidado	
Contratação de serviços	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
LDB Transporte de Cargas Ltda.	10.335	9.651	10.335	9.651
LDB Logística e Transporte Ltda.	4.173	4.773	4.173	4.773
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	4.247	4.350	4.247	4.350
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	3.393	2.194	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	526	779	526	779
Idibra Participações S. A.	24	271	24	271
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	1.805	3.079	1.805	3.079
Companhia de Cimento Apodi	1.214	1.371	1.214	1.371
	25.717	26.468	22.324	24.274

Notas Explicativas

A controladora M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos era avalista em dois contratos firmados pela Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil, para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial, no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval. O contrato foi liquidado em junho de 2015 e já houve a liberação da hipoteca.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens imóveis com a Dias Branco Administração e Participações Ltda. e de bens móveis com a Idibra Participações S. A. Além disso, é locatária de bens móveis da Idibra Participações S.A. e de um bem imóvel de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda.

No que tange à prestação de garantias, o Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco consta como garantidor em grande parte dos contratos financeiros firmados pela Companhia, em conjunto ou com outorga da Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco. Em razão do falecimento do Sr. Ivens Dias Branco em 24 de junho de 2016, a Companhia comunicou o fato às instituições financeiras, pondo-se à disposição para, se necessário, substituir as garantias pessoais então prestadas. Em parte desses contratos, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco já consta como co-obrigada pela garantia, e, até a presente data, as instituições financeiras não solicitaram substituição de garantia. Em 30 de junho de 2016, o saldo de financiamentos consolidados garantidos estava representado pelo montante de R\$ 304.865 (R\$ 333.816 em 31 de dezembro de 2015).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e os membros independentes do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$7.133 (R\$ 6.689 em 30 de junho de 2015) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações. Dessa forma, a remuneração variável e os benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração não estão contemplados no valor dos honorários da Administração.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive, e especialmente, licença por tempo de serviço e benefícios pós-emprego, tais como pensões e aposentadorias.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015.

Notas Explicativas

13. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais, e os financiamentos sujeitos à variação cambial são atualizados pela respectiva taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período.

Os financiamentos e empréstimos registraram em 30 de junho de 2016 saldo total de R\$ 634.804 (R\$ 755.144 em 31 de dezembro de 2015), e estão distribuídos em três categorias a saber: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos e financiamentos diretos.

13.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

	Indexador	Juros (% a.a.)	Controladora e Consolidado		Juros (% a.a.)	Controladora e Consolidado	
			Vencimento ⁽¹⁾	30/06/16		Vencimento ⁽¹⁾	31/12/15
Moeda nacional							
BNDES-FINAME	TJLP	3,36	15/01/17	79	3,44	15/01/17	276
BNDES-PSI	R\$	4,74	15/01/25	276.047	4,54	15/01/25	279.623
BNDES-PSI	URTJLP	6,49	15/02/21	394	6,50	15/02/21	444
BNB-FNE	-	8,26	30/06/22	58.891	8,39	30/06/22	58.229
Arrendamento mercantil financeiro	-	2,70	03/12/17	1.489	2,70	03/12/17	1.900
				<u>336.900</u>			<u>340.472</u>
Moeda estrangeira							
Financiamentos de importação de insumos	USD	2,04	20/04/17	214.268	1,41	17/10/16	324.726
				<u>214.268</u>			<u>324.726</u>
Total				<u>551.168</u>			<u>665.198</u>
Circulante				<u>(265.810)</u>			<u>(370.582)</u>
Não Circulante				<u>285.358</u>			<u>294.616</u>

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos.

Os contratos do BNDES e do FNE têm carência com duração entre 12 e 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência, e, após esse período, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos semestrais e/ou anuais de principal e juros.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Ano de vencimento:		
2017	26.095	50.574
2018	53.026	50.684
2019	52.181	49.405
2020	46.467	43.691
2021	42.548	39.772
2022 a 2014	65.041	60.490
Total	285.358	294.616

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) são garantidos por notas promissórias (vide Nota Explicativa nº 12) e/ou alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R\$ 551.168 (R\$ 665.198 em 31 de dezembro de 2015).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e do FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais; bem como exigem que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. Em 30 de junho de 2016, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

13.2 Financiamentos de impostos – Provin, Proadi e Desenvolve

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 17– Subvenções Governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.

Os saldos dos financiamentos de impostos apresentavam a seguinte composição no final do exercício:

Notas Explicativas

	Indexador	Juros (% a.a.)	Vencimento ⁽¹⁾	Controladora e Consolidado	
				30/06/16	31/12/15
Moeda nacional					
Financiamentos de Tributos Estaduais (Proadi)	TR	3,00	10/09/16	38	83
Financiamentos de Tributos Estaduais (Provin)	TJLP	-	31/03/19	5.837	9.239
Financiamentos de Tributos Estaduais (Desenvolve)	TJLP	-	20/05/17	6.145	6.209
				<u>12.020</u>	<u>15.531</u>
Circulante				(9.642)	(13.980)
Não circulante				2.378	1.551

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos.

Os financiamentos de tributos podem ter vencimento trimestral (Proadi), anual (Desenvolve) ou trienal/bienal (Provin).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Ano de vencimento:		
2017	358	603
2018	1.588	948
2019	432	-
Total	<u>2.378</u>	<u>1.551</u>

Os financiamentos do Provin e do Proadi são garantidos por notas promissórias.

13.3 Financiamentos diretos – Aquisições de empresas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Passivo circulante		
Contas a pagar por aquisição de ações da Pilar	20.169	-
Contas a pagar por aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	8.850	7.467
	<u>29.019</u>	<u>7.467</u>
Passivo não circulante		
Contas a pagar por aquisição de ações da Pilar	-	20.667
Contas a pagar por aquisição de ações da Pelágio /J. Brandão	15.397	13.147
Contas a pagar por aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	27.200	33.134
	<u>42.597</u>	<u>66.948</u>

Notas Explicativas

Os saldos são atualizados pela taxa que representa 100% da variação do CDI e contemplam parcelas retidas do preço de aquisição vinculadas às garantias das contingências que porventura venham a surgir.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	31/12/15
Ano de vencimento		
2017	15.397	41.460
2018	27.200	25.488
Total	42.597	66.948

14. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento; (iii) Empréstimos e recebíveis. A Companhia não mantém instrumentos financeiros classificados como disponível para a venda.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento de insumos (trigo e óleo), bem como de importação de máquinas. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, fornecedores, contas a pagar e contratos de *swap*.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

a. Instrumentos financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

Indexador	Controladora				Consolidado			
	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	Justo
	30/06/16	30/06/16	31/12/15	31/12/15	30/06/16	30/06/16	31/12/15	31/12/15
<u>Ativos Financeiros</u>								
Empréstimos e recebíveis								
Caixa e equivalentes de caixa	600.720	600.720	348.448	348.448	601.137	601.137	348.800	348.800
Contas a receber de clientes	587.877	587.877	597.942	597.942	587.877	587.877	597.952	597.952
Outros créditos	10.811	10.811	15.737	15.737	11.000	11.000	15.943	15.943
Investimentos mantidos até o vencimento								
Aplicações financeiras	4.506	4.506	10.212	10.212	4.506	4.506	10.212	10.212
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos (contratos de <i>swap</i>)	-	-	23.129	23.129	-	-	23.129	23.129
<u>Passivos financeiros</u>								
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Fornecedores	136.715	136.715	135.946	135.946	136.668	136.668	135.946	135.946
Financiamentos com instituições financeiras	551.168	493.542	665.198	585.896	551.168	493.542	665.198	585.896
Operações de repasse – BNDES								
TJLP	473	492	720	749	473	492	720	749
PSI-Pré								
Prefixado	276.047	225.626	279.623	212.044	276.047	225.626	279.623	212.044
FNE								
Prefixado	58.891	51.844	58.229	47.636	58.891	51.844	58.229	47.636
Financiamentos externos								
USD	214.268	214.091	324.726	323.567	214.268	214.091	324.726	323.567
Arrendamento mercantil financeiro	1.489	1.489	1.900	1.900	1.489	1.489	1.900	1.900
Financiamentos diretos	71.616	71.127	74.415	73.784	71.616	71.127	74.415	73.784
Contas a pagar	41.847	41.847	39.935	39.935	40.792	40.792	38.874	38.874
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos (contratos de <i>swap</i>)	42.277	42.277	1.026	1.026	42.277	42.277	1.026	1.026

Notas Explicativas

b. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não necessariamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém aplicações financeiras e contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Investimentos mantidos até o vencimento

O valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e em fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos atrelados à TJLP foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros praticada no mercado, na data de apresentação das demonstrações financeiras, com *spread* de 3,75% a.a. (3,40% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Foram utilizadas as taxas de 11,25% a.a. para as operações de Finame-PSI e de 12,95% a.a. para as operações de FNE (13,0% a.a. e 15,29% a.a. em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Vitarella, Pilar, J. Brandão, Pelágio e Moinho Santa Lúcia, que conforme contratos são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado considerando um *spread* de 0,5%, de forma a refletir as condições de mercado.

Notas Explicativas

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

d. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

a. Risco de crédito

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R\$ 16,2 milhões (R\$ 25,3 milhões em 31 de dezembro de 2015), com vigência no período de 1 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017. Atualmente, a cobertura do seguro abrange cerca de 140 clientes, no total de R\$ 80,0 milhões (R\$ 95,5 milhões em 31 de dezembro de 2015). Além disso, existem cerca de R\$ 42,4 milhões (R\$ 39,0 milhões em 31 de dezembro de 2015) de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no montante consolidado de R\$ 43.008 (R\$ 39.238 em 31 de dezembro 2015) representativos de 6,82% (6,16% em 31 de dezembro de 2015) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

Notas Explicativas

b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência –, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois quando as condições de financiamento são favoráveis, opta-se por empréstimos de até 360 dias para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo esse mais longo que aqueles concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos por eles adquiridos. Assim, a diretoria entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 13.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites não são destinados a cobrir deficiência de liquidez, haja vista que não têm essa indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de instituições financeiras privadas.

c. Risco de mercado: preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Adicionalmente, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas *commodities*, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da *commodity*, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da *commodity* ou de variação cambial ou a ambos.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 358.780 toneladas (183.000

Notas Explicativas

toneladas em 31 de dezembro de 2015), onde 180.000 toneladas de trigo estavam com o preço a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos, os contratos estavam representados por um montante equivalente a US\$ 83.985 mil (US\$ 36.297 mil em 31 de dezembro de 2015).

Diante do risco de variação no preço da *commodity*, a Companhia preparou análise de sensibilidade para o montante cujo preço não estava fixado (180.000 toneladas), levando em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar, com os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável, que é preço de mercado: cotação média da commodity em 30 de junho de 2016, USD 186,18; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% no preço da commodity, passando para USD 232,73. Nesse cenário, o aumento estimado no custo de aquisição seria de USD 8.379; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do preço da commodity em 50% da utilizada no cenário provável, passando a USD 279,27, a perda estimada seria de USD 16.757.

d. Risco de taxa de câmbio

Riscos relacionados aos financiamentos em moeda estrangeira

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente euro e dólar, decorrentes de importações de máquinas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, estas últimas suas principais matérias-primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Nesse sentido, a Companhia possui 18 contratos vigentes de operações de *swap*, para proteção dos financiamentos de importação de trigo (Finimp), com diversos vencimentos, até 20 de abril de 2017, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,04% e na ponta passiva paga, em média, 91,70% do CDI (1,63% e 90,33% em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$244.121 e o valor justo a pagar desses instrumentos derivativos em 30 de junho de 2016 totalizava R\$ 42.276 (R\$ 290.542 e o valor justo a receber de R\$ 26.760 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Contratos de swap						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira (USD)	244.121	290.542	214.269	324.724	214.240	329.481
Posição Passiva						
CDI	<u>244.121</u>	<u>290.542</u>	<u>257.339</u>	<u>304.508</u>	<u>256.517</u>	<u>302.721</u>
Resultado	=	=	<u>(43.070)</u>	<u>20.216</u>	<u>(42.277)</u>	<u>26.760</u>

Notas Explicativas

Vale salientar que em nenhuma das operações de contrato de *swap* existem verificações ou liquidações mensais, sendo os contratos quitados nos seus respectivos vencimentos. Tais operações também não exigiram depósitos de margens em garantia.

Os descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos, sensíveis à variação cambial, são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	214.269	324.726	214.269	324.726
Contratos de <i>swap</i> (b)	(214.269)	(324.724)	(214.269)	(324.724)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(7)	(28)
Superávit apurado (a-b)	-	2	(7)	(26)

Dessa forma, a Companhia encerrou o semestre com proteção total do risco cambial nas suas operações de financiamento.

Riscos relacionados aos contratos de compra para entrega futura em moeda estrangeira

Como já mencionado no item “Risco de mercado: preço das commodities”, a Companhia mantém contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado em US\$ 83.985 mil, sujeito a risco de variação cambial (US\$ 36.297 mil em 31 de dezembro de 2015).

Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo para entrega futura

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$3,2098, no mesmo patamar de fechamento em 30 de junho de 2016. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$4,0123) e 50% (R\$4,8147), respectivamente, nos termos da Deliberação CVM nº 475/2008.

	Posição em risco	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Contratos futuros US\$	US\$ 83.985	Alta do dólar	-	(67.398)	(134.788)

e. *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Dessa forma, a Companhia encerrou o ano com proteção do risco cambial nas suas operações de financiamento. Conforme mencionado no item “Risco de taxa de câmbio”,

Notas Explicativas

em 30 de junho de 2016 os contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira possuem contratos de *swap* atrelados, representando, assim, a troca de indexação para variação do CDI. Dessa forma, o risco assumido pela Companhia passou a ser exposição à variação do CDI.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	595.485	341.841	595.894	341.841
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(257.339)	(304.508)	(257.339)	(304.508)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	(84.071)	(90.583)	(84.071)	(90.583)
Ativos – passivos	<u>254.075</u>	<u>(53.250)</u>	<u>254.484</u>	<u>(53.250)</u>

⁽¹⁾ Vide comentário sobre risco de taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de ganho incremental que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R\$ 254.484

Posição em risco	Risco	Cenário			
		Provável	Possível	Remoto	
Ativos líquidos	254.484	Queda do CDI	-	(8.983)	(17.992)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 30 de junho de 2016 em 14,13% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um decréscimo da cotação em 25% (10,60% a.a.) e 50% (7,07% a.a.), respectivamente.

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2016, levando-se em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses e a projeção do mercado.

e. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são: salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas; e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida / patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e também de aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	30/06/16	31/12/15
Dívida de financiamentos e empréstimos	634.804	755.144
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(601.137)	(348.800)
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(208)	(6.142)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(4.298)	(4.070)
Dívida líquida (A)	29.161	396.132
Patrimônio líquido	3.935.878	3.716.945
Total do Capital(B)	3.965.039	4.113.077
Índice de alavancagem financeira (C = A / B x 100)	0,74%	9,63%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido. O indicador no período findo em 30 de junho de 2016 foi de 0,74% contra 9,63% em 31 de dezembro em 2015. A redução deve-se, principalmente, a diminuição no nível de endividamento da Companhia, concomitante com a preservação de recursos em caixa para aumento de liquidez.

15. Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	33.570	31.928	33.587	31.931
Juros Selic sobre créditos tributários ⁽¹⁾	9.243	46.868	9.243	46.868
Variações cambiais ativas	75.918	24.208	75.918	24.208
Outros	3.599	3.379	3.599	3.399
	122.330	106.383	122.347	106.406
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(10.315)	(7.122)	(10.315)	(7.122)
Juros sobre a dívida de participação societária	(4.776)	(4.592)	(4.776)	(4.592)
Variações cambiais passivas	(24.078)	(67.748)	(24.078)	(67.748)
Ganhos (Perdas) em operações com contratos derivativos	(73.382)	31.075	(73.382)	31.075
Comissões e despesas bancárias	(3.163)	(2.342)	(3.163)	(2.342)
Outros	(2.781)	(11.669)	(2.781)	(11.670)
	(118.495)	(62.398)	(118.495)	(62.399)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	3.835	43.985	3.852	44.007

⁽¹⁾ Refere-se principalmente à atualização de crédito tributário de Pis e Cofins. Vide nota explicativa nº 7 (iii)

Notas Explicativas

As receitas financeiras abrangem recebimentos de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, atualização de créditos tributários e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, atualização de débitos tributários, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais.

Com exceção dos que são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição do saldo contempla as seguintes provisões:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
<u>Circulante</u>				
Provisões Trabalhistas				
Provisão de Participação nos Lucros e Resultados	35.455	40.609	35.455	40.609
Férias	44.591	44.647	44.662	44.722
13º Salário	17.906	-	17.925	-
Outros	1.098	1.533	1.098	1.533
	99.050	86.789	99.140	86.864
Encargos Sociais e Trabalhistas				
INSS	32.903	28.463	33.006	28.540
FGTS	7.996	8.077	8.008	8.092
Outros	1.337	1.359	1.337	1.359
	42.236	37.899	42.351	37.991
Total	141.286	124.688	141.491	124.855

17. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e subvenções federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Notas Explicativas

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

17.1 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo da que registra o custo dos produtos vendidos.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 106.089 (R\$ 97.696 em 30 de junho de 2015), decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

Notas Explicativas

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	Até 81%	Jun/ 2025
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
PROADI – Rio Grande do Norte: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e quitação desse ICMS com recursos do Proadi		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	74,25%	Ago/2020
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 46,32% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada à região nordeste ou 52,50% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada às regiões norte, centro-oeste, sul ou sudeste, sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	46,32% ou 52,50%	Mar/2024

17.2 Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do lucro da exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela Sudene, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

O incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou

Notas Explicativas

diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada lucro da exploração. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 36.786 (R\$ 31.648 em 30 de junho de 2015).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	75	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75	Jan de 2012 até Dez de 2021
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	75	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo e misturas pronta para bolo (Salvador-BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Moinho de trigo (Cabedelo-PB) – produção de até 114.683 toneladas	75	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo-PB) – produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Cabedelo-PB)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fábrica de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fábrica de biscoitos (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de produtos derivados do milho (Maracanaú-CE) – produção de 2.160 a 4.320 toneladas	75	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de bolos, biscoitos e <i>waffer</i> (Maracanaú-CE)	75	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Maracanaú-CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de torradas (Eusébio-CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos e volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja

Notas Explicativas

inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

18. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tomando por base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em conta, conforme cada caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, segundo as características peculiares de cada demanda.

Em 30 de junho de 2016, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 2,5% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 97,5% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso.

Já em relação aos processos de natureza tributária, 59,5% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 40,5% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme cada caso.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

	Provisão		Depósitos Judiciais			
	Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15	30/06/16	31/12/15
Trabalhistas e cíveis	34.473	38.348	31.942	38.094	31.947	38.099
Tributárias	59.546	55.720	42.698	32.818	42.698	32.818
Outros	860	889	860	889	860	889
	94.879	94.957	75.500	71.801	75.505	71.806

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação provável totalizava R\$ 33.835 em 30 de junho de 2016 (R\$ 39.862 em 31 de dezembro de 2015).

Movimentação dos processos no período**Controladora e Consolidado**

	<u>Cíveis e trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>42.758</u>	<u>15.231</u>	<u>954</u>	<u>58.943</u>
Adições	2.009	32.792	-	34.801
Atualizações	-	8.385	-	8.385
Baixas/reversões	(6.419)	(688)	(65)	(7.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>38.348</u>	<u>55.720</u>	<u>889</u>	<u>94.957</u>
Adições	3.128	5.999	-	9.127
Atualizações	-	741	-	741
Baixas/reversões	(7.003)	(2.914)	(29)	(9.946)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>34.473</u>	<u>59.546</u>	<u>860</u>	<u>94.879</u>

Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	<u>Cíveis e trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>41.826</u>	<u>21.027</u>	<u>954</u>	<u>63.807</u>
Adições	10.869	11.891	-	22.760
Baixas	(14.601)	(100)	(65)	(14.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>38.094</u>	<u>32.818</u>	<u>889</u>	<u>71.801</u>
Adições	9.470	9.865	-	19.335
Atualizações	70	-	-	70
Reclassificação	(232)	232	-	-
Baixas	(15.460)	(217)	(29)	(15.706)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>31.942</u>	<u>42.698</u>	<u>860</u>	<u>75.500</u>

Notas Explicativas

Consolidado	<u>Cíveis e trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>41.826</u>	<u>21.027</u>	<u>954</u>	<u>63.807</u>
Adições	10.874	11.891	-	22.765
Baixas	(14.601)	(100)	(65)	(14.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>38.099</u>	<u>32.818</u>	<u>889</u>	<u>71.806</u>
Adições	9.470	9.865	-	19.335
Atualizações	70	-	-	70
Reclassificação	(232)	232	-	-
Baixas	(15.460)	(217)	(29)	(15.706)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>31.947</u>	<u>42.698</u>	<u>860</u>	<u>75.505</u>

- **Naturezas dos processos**

Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 442 processos (405 em 30 de dezembro de 2015) de naturezas trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, no valor de R\$ 29.950 e R\$ 4.523, respectivamente (R\$ 34.138 e R\$ 4.210 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente). A maioria das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30/06/16	31/12/15
IPI – depósito judicial (a)	3.814	3.814
PIS – depósito judicial (b)	1.563	1.563
Cofins – depósito judicial(b)	7.197	7.197
CSLL – depósito judicial (c)	1.642	1.642
IPTU – depósito judicial (d)	2.919	2.919
ICMS (e)	11.371	6.049
Honorários advocatícios de êxito (f)	17.685	16.418
Outros	13.355	16.118
	<u>59.546</u>	<u>55.720</u>

Notas Explicativas

A Companhia não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais, os quais, da mesma forma, não são atualizados.

- (a) A Companhia ingressou com mandado de segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, no TRF da 3ª e da 1ª região.
- (b) A Companhia ingressou com mandado de segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento do recurso extraordinário.
- (c) A Companhia ingressou com ação anulatória cumulada com repetição de indébito objetivando a anulação de crédito tributário referente à CSLL do exercício de 1992. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo retornou à Vara de Origem para julgamento do mérito, após determinação do STJ quando do provimento do recurso especial.
- (d) A Companhia ingressou com ação declaratória com repetição de indébito visando desconstituir o lançamento tributário referente ao IPTU do ano de 2014 do Grande Moinho Aratu, tendo em vista a majoração do tributo sem respaldo legal. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo aguarda julgamento de 1ª instância no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
- (e) O Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal para exigência de crédito tributário referente à ICMS, supostamente devido, em razão de infração do dever de estorno proporcional das saídas de produtos oriundos da cesta básica, sem observância do benefício fiscal. Foi apresentada Carta Fiança e depositado o valor referente aos honorários sucumbenciais. A Companhia apresentou embargos à execução fiscal e aguarda julgamento de 1ª instância.

Tem-se, ainda, a lavratura de 4 (quatro) autos de infração pela Secretaria da Fazenda do estado do Pará, cujo o objeto determinante economicamente é que a M Dias Branco teria, quando do cálculo do ICMS antecipado, referente às entradas de farinha, utilizado como percentual de margem de valor agregado (MVA) 100% (Cem por Cento), quando deveria ter utilizado o percentual de Margem de Valor Agregado – MVA de 150% (Cento e Cinquenta por Cento). Atualmente, os AIIM's estão aguardando julgamento de primeira instância.

- (f) Refere-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os valores envolvidos das ações onde risco de perda é possível ou remoto. Além disso, leva em consideração a instância em que os processos se encontram.

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo, cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$ 831.961 (R\$ 771.556 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) subvenção para investimento no montante de R\$ 384.415 (R\$ 368.919 em 31 de dezembro de 2015); ii) crédito outorgado indevido de ICMS, totalizando R\$ 195.719 (R\$ 186.309 em 31 de dezembro de 2015); e iii) PIS semestralidade, totalizando R\$ 26.266 (R\$ 25.782 em 31 de dezembro de 2015).

Quanto aos processos tributários cujo mérito principal das discussões está relacionado ao tema “subvenções para Investimento”, explica-se que a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração para exigência de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em virtude da redução das bases de cálculos dos referidos tributos pelo não computo dos incentivos recebidos pelos Estados, nas suas respectivas apurações.

Quanto ao tema “crédito outorgado indevido de ICMS”, trata-se de autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não detinha o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos.

No caso da matéria “PIS semestralidade”, são execuções fiscais ajuizadas em razão de a Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questiona a constitucionalidade dos dispositivos legais que alteraram a forma de apuração do PIS semestralidade.

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a CSLL, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para CSLL.

A despesa de imposto de renda e CSLL corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data do encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a CSLL diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

19.1 Conciliação da despesa de imposto de renda e CSLL com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	309.923	353.369	309.936	353.369
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%	34%	34%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>105.374</u>	<u>120.145</u>	<u>105.378</u>	<u>120.145</u>
Adições permanentes [C]	<u>922</u>	<u>1.197</u>	<u>804</u>	<u>1.048</u>
Despesas não dedutíveis	922	1.197	804	1.048
Exclusões permanentes [D]	(38.238)	<u>(52.538)</u>	(38.111)	<u>(52.389)</u>
Equivalência patrimonial	(130)	(16)	-	-
Exclusão do crédito extemporâneo de PIS e Cofins sobre Importação	-	(16.827)	-	(16.827)
Incentivos fiscais estaduais	(36.070)	(33.217)	(36.070)	(33.217)
Outros itens	(2.038)	(2.478)	(2.041)	(2.345)
[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>68.058</u>	<u>68.804</u>	<u>68.071</u>	<u>68.804</u>
Subvenção governamental do imposto de renda [E] ¹	(36.786)	(31.648)	(36.786)	(31.648)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	<u>31.272</u>	<u>37.156</u>	<u>31.285</u>	<u>37.156</u>
Imposto de renda e CSLL correntes	<u>44.336</u>	<u>28.628</u>	<u>44.349</u>	<u>28.628</u>
Imposto de renda e CSLL diferidos	<u>(13.064)</u>	<u>8.528</u>	<u>(13.064)</u>	<u>8.528</u>
[F/A] Alíquota efetiva	<u>10,09%</u>	<u>10,51%</u>	<u>10,09%</u>	<u>10,51%</u>

(¹) Vide Nota Explicativa nº 17 – Subvenções governamentais.

19.2 Composição do imposto de renda e CSLL diferidos

Ativo diferido	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30/06/16	31/12/15
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	7.623	6.995
Provisão para litígios e demandas judiciais	24.624	25.071
Lucros não realizados em operações com controladas	764	807
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	6.878	5.508
Perdas estimadas com créditos de impostos	6.519	2.777
Provisão de despesas com honorários advocatícios	6.944	6.463
Provisões trabalhistas	12.380	14.185
Outras provisões	7.575	4.066
	<u>73.307</u>	<u>65.872</u>

Notas Explicativas

Passivo diferido	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	30/06/16	31/12/15
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	74.013	67.848
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	129.249	117.641
Perdas (Ganhos) em operação com contratos de swap	(14.453)	9.020
Outras provisões	1.418	1.347
	<u>190.227</u>	<u>195.856</u>
Passivo diferido líquido	<u>116.920</u>	<u>129.984</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários basearam-se nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e CSLL diferidos das demonstrações financeiras apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício	30/06/16	31/12/15
2017	47.451	41.045
2018	2.730	3.013
2019	2.690	2.380
2020	3.530	3.989
2021 a 2022	16.906	15.445
Total	<u>73.307</u>	<u>65.872</u>

20. Patrimônio líquido

a. Capital social – Controladora

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia totalizava R\$ 1.701.692.

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações. Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a

Notas Explicativas

Companhia possuía 113.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 28.374.197 ações ordinárias em circulação, o que correspondia a 25,11% do total, e em 30 de junho de 2016 o montante passou para 28.369.197, representando 25,11% do total.

b. Reservas

Reserva legal

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a reserva legal da Companhia totalizou R\$ 183.081.

Reserva de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 17 – Subvenções Governamentais. Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, as reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$ 647.634.

Reserva para plano de investimento

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a reserva para plano de investimento totalizou R\$1.108.194. Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a reserva especial totalizava R\$ 16.529.

c. Remuneração de acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital

Notas Explicativas

próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de julho de 2015, foi aprovado o crédito no valor de R\$ 56.500 aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio. O crédito foi efetuado no dia 31 de julho de 2015, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da BM&FBOVESPA do dia 27 de julho de 2015, e o pagamento aos acionistas ocorreu no dia 14 de agosto de 2015.

Em adição, no dia 14 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, os quais foram imputados ao dividendo relativo ao exercício social de 2015, no valor R\$ 81.360, com pagamento previsto para 25 de abril de 2016, dentro dos limites estabelecidos pela lei nº 9.249/1995. Assim, os juros sobre o capital próprio relativo ao exercício de 2015 totalizaram R\$ 137.680 (R\$130.545, líquidos de IRRF).

Em 11 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas aprovaram, por unanimidade, com abstenções, a proposta de pagamento dos juros sobre o capital próprio, sendo liquidados em 25 de abril de 2016.

d. Ajustes acumulados de conversão e ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior, e o ajuste de avaliação patrimonial é decorrente da mudança na participação societária na Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (incorporada).

21. Receita Líquida

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	30/06/15
Receita bruta:	<u>2.970.289</u>	<u>2.610.586</u>
Mercado interno	<u>2.957.068</u>	2.599.425
Mercado externo	<u>13.221</u>	11.161
Devoluções, descontos e cancelamentos	<u>(163.314)</u>	(144.003)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(326.376)</u>	<u>(309.108)</u>
Receita líquida	<u>2.480.599</u>	<u>2.157.475</u>

Notas Explicativas

22. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, e mostra a seguir o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Custo dos produtos vendidos				
Matéria-prima	1.107.451	921.107	1.107.174	921.353
- Trigo	712.905	554.994	712.628	555.240
- Óleo	163.740	132.020	163.740	132.020
- Açúcar	80.811	51.802	80.811	51.802
- Farinha de terceiros	33.870	87.117	33.870	87.117
- Gordura de terceiros	2.545	2.459	2.545	2.459
- Outros	113.580	92.715	113.580	92.715
Embalagens	167.119	152.233	167.119	152.233
Mão de obra	220.077	190.540	220.077	190.540
Gastos gerais de fabricação ⁽¹⁾	139.973	135.665	139.973	135.665
Depreciação e amortização	46.707	40.703	46.707	40.703
	1.681.327	1.440.248	1.681.050	1.440.494
Despesas com vendas				
Despesas com <i>marketing</i> e vendas	160.503	157.492	160.503	157.492
Despesas com salários e benefícios a empregados	172.254	148.521	172.254	148.521
Despesas com fretes	124.886	121.116	124.886	121.116
	457.643	427.129	457.643	427.129
Despesas administrativas				
Despesas com salários e benefícios a empregados	53.667	46.647	53.740	46.647
Outras despesas administrativas	25.812	25.187	25.915	25.340
	79.479	71.834	79.655	71.987

⁽¹⁾ refere-se à força motriz, manutenção e outros custos.

Notas Explicativas**23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/16	30/06/15	30/06/16	30/06/15
Outras receitas operacionais				
Crédito de PIS/COFINS Importação (i)	-	52.483	-	52.483
Crédito extemporâneo - INSS s/faturamento	-	5.434	-	5.434
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	2.978	4.556	2.978	4.556
Receita de vendas de bens do imobilizado	503	3.213	503	3.213
ICMS - Restituição de Indébito	4.601	2.478	4.601	2.478
Reversões de provisões operacionais	2.117	-	2.117	-
Outras	6.573	3.500	6.573	3.500
	16.772	71.664	16.772	71.664
Outras despesas operacionais				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	(8.678)	(27.824)	(8.678)	(27.824)
Débito extemporâneo - INSS	-	(9.716)	-	(9.716)
Baixa de depósitos judiciais	(4.448)	(6.288)	(4.448)	(6.288)
Custo da venda de insumos e materiais	(1.574)	(3.668)	(1.574)	(3.668)
Custo da venda dos bens ativo imobilizado	(95)	(178)	(95)	(178)
Auto de Infração	(1.569)	-	(1.569)	-
Perdas de materiais avariados	(8.161)	-	(8.161)	-
Provisão (Reversão) para Perda de Estoque	(3.482)	(28)	(3.482)	(28)
Gastos com reestruturação	(2.269)	-	(2.269)	-
Perdas com Processos Tributários	(11.007)	(619)	(11.007)	(619)
Outras	(7.446)	(5.918)	(7.497)	(5.925)
	(48.729)	(54.239)	(48.780)	(54.246)
Total	(31.957)	17.425	(32.008)	17.418

- (i) Crédito de PIS e Cofins sobre importação, decorrente de ação transitada em julgado que garantiu o direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação (vide Nota Explicativa nº 7).

24. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30/06/16	30/06/15
Lucro líquido do período	278.651	316.213
Lucro atribuível aos acionistas	278.651	316.213
Saldo em 1º de janeiro	113.000	113.450
Efeito de cancelamento de ações em tesouraria	-	-
Saldo em 30 de junho	113.000	113.450
Média ponderada de ações (mil)	113.000	113.450
Resultado por ação básico e diluído	2,46594	2,78725

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguro é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, da eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, da distribuição logística de suas plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro *versus* o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, a Companhia tem como procedimento contratar serviços de análise dos riscos operacionais a que está sujeita, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólice de seguro, a suficiência dos montantes segurados.

A Companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Notas Explicativas

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	300.000	04/12/15 a 04/12/16
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20.000	04/12/15 a 04/12/16
Desmoronamento	10.000	04/12/15 a 04/12/16
Tumultos, greves, <i>lock-out</i> e atos dolosos	5.000	04/12/15 a 04/12/16
Quebra de máquina – danos materiais	4.500	04/12/15 a 04/12/16
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/15 a 04/12/16
Derrame ou Vazamento de Chuveiros Automáticos (Sprinklers) e Rede de Hidrantes	2.000	04/12/15 a 04/12/16

26. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia encaminhou proposta ao Conselho de Administração para creditar o valor de R\$ 56.500 aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, os quais deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2016, nos termos do §3º do artigo 24 do Estatuto Social. A proposta será submetida à apreciação do Conselho em reunião a ser realizada no dia 01 de agosto de 2016.

Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Diretor-Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 30 de junho de 2016, é de R\$ 1.701,7 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.000.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2016				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,32	71.550.000	63,32
Administradores	13.080.803	11,58	13.080.803	11,58
Conselho de Administração	2.313.602	2,05	2.313.602	2,05
Diretoria	10.767.201	9,53	10.767.201	9,53
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.369.197	25,11	28.369.197	25,11
Total	113.000.000	100,00	113.000.000	100,00
Ações em Circulação	28.369.197	25,11	28.369.197	25,11

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2015				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	13.056.803	11,51	13.056.803	11,51
Conselho de Administração	2.313.602	2,04	2.313.602	2,04
Diretoria	10.743.201	9,47	10.743.201	9,47
Ações em Tesouraria	450.000	0,40	450.000	0,40
Outros Acionistas	28.393.197	25,03	28.393.197	25,03
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.393.197	25,03	28.393.197	25,03

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 30 de junho de 2015 e 2016.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Participações		Posição em 30/06/2016 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Espólio do Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco	540,60	100,00	540,60	100,00
Total	540,60	100,00	540,60	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/06/2016 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,32	71.550.000	63,32
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.080.803	11,58	13.080.803	11,58
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.369.197	25,11	28.369.197	25,11
Total	113.000.000	100,00	113.000.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/06/2015 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.056.803	11,51	13.056.803	11,51
Ações em Tesouraria	450.000	0,40	450.000	0,40
Outros	28.393.197	25,03	28.393.197	25,03
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
M Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da M Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2015, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2015 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 20 de julho de 2015 e 22 de fevereiro de 2016, respectivamente, sem ressalvas.

Recife, 1º de agosto de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" CE

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" CE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e à análise das informações financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2016, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, aprovam, por unanimidade, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Eusébio-CE, 27 de julho de 2016.

Antônio Carlos Dias Coelho

José Carlos Pinho de Paiva Timbó

Joanília Neide de Sales

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as informações intermediárias financeiras referentes ao período findo em 30 de junho de 2016.

Eusébio, 25 de julho de 2016.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Diretor – Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente-Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao período findo em 30 de junho de 2016.

Eusébio, 01 de agosto de 2016.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Diretor – Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente-Financeira